

Revista

# Aeronáutica

ISSN 0486-6274

Número 330  
2026



**Dia da Aviação de Caça  
22 de abril**

# EXPEDIENTE

Out a Dez ▪ 2025

## Presidente

Maj Brig Ar Marco Antonio  
Carballo Perez

## Vice-Presidente

Cel Av Paulo Roberto Miranda Machado

Imagem de capa:  
Hangar da Base  
Aérea de Santa  
Cruz. Dia de  
Aviação de Caça,  
22 de abril.



Fotografe o código  
abaixo para ler esta  
revista, fazer *download*  
e/ou compartilhar as  
edições anteriores.



ISSN 0486-6274

## SEDE CENTRAL

Praça Marechal Âncora, 15  
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20021-200  
• PABX (21) 2210-3212  
Terça-feira a sexta-feira,  
das 8h às 12h e das 13h às 17h

### Superintendente

Cel Av Pedro Bittencourt de Almeida

### Diretor Cultural

Cel Av Araken Hipolito da Costa

### Diretor Social, Tecnologia da Informação e Hotel

Cel Av Ajauri Barros de Melo

### Diretor Financeiro e Patrimonial

Cel Int Genivaldo Bezerra de Oliveira

### Diretor Administrativo

Cel Int Carlos Eduardo Costa Mattos

### Diretor de Contratos

Ten Cel Esp Sup Evandro José Barros Leite

### Secretário-Geral

Cap Adm Ivan Alves Moreira

### Diretora de Comunicação Social

Cecília Ferreira

## SEDE BARRA

Av. Raquel de Queiroz, s/nº  
Rio de Janeiro - RJ - CEP 22793-100  
• (21) 2210-3212 - Opção 4  
Terça-feira a domingo, das 9h às 17h30

### Superintendente

Brig Ar Carlos José Rodrigues de Alencastro

### Diretor Aerodesportivo

Cel Av William Cristovam

### Diretor Desportivo

Cel Inf Pedro Celso Gagliardi Palermo

### Assessores

Social - Brig Ar Carlos José Rodrigues de Alencastro  
Financeiro - Cel Av Antonio Deluiggi  
Administrativo e Pessoal - Cel Av Luiz dos Reis Domingues  
Ass. da Superintendência - Cel Av Antônio Paulo Monteiro de Miranda

## SEDE LACUSTRE

Estrada da Figueira, nº 1  
CEP: 28930-000 - Figueira - Arraial do Cabo - RJ  
Tel.: (21) 2210-3212 opção 5 - (21) 98849-8886

### Superintendente

Cap Esp Met José Renato do Nascimento

## CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente - Ten Brig Ar Paulo Roberto  
Cardoso Vilarinho

## CONSELHO FISCAL

Presidente - Maj Brig Int Manoel José  
Manhães Ferreira

## COMISSÃO INTERCLUBES MILITARES

### Assessores do Clube de Aeronáutica

Maj Brig Ar Venancio Grossi  
Cel Av Araken Hipolito da Costa  
Cel Av Ajauri Barros de Melo

## REVISTA AERONÁUTICA

(21) 2220-3691  
revista@caer.org.br

### Diretor e Editor

Cel Av Araken Hipolito da Costa

### Conselho Editorial

Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo Perez  
Cel Av Araken Hipolito da Costa  
Cel Av Ajauri Barros de Melo  
Cel Av Paulo Roberto Miranda Machado

### Design Editorial

Núbia Santos

### Revisão

Lara Alves  
Patrícia Mota

### Administrativo

Matheus Martins

As opiniões emitidas em entrevistas e em matérias assinadas estarão sujeitas a cortes, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial. As matérias são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista. As matérias não serão devolvidas, mesmo que não publicadas.

# SUMÁRIO

---

2

Mensagem do Presidente  
*Marco Antonio Carballo Perez*  
Presidente do CAER

8

Revolta de Aragarças  
*Marco Aurélio de Mattos*  
Cel Av

16

As Asas que o Tempo  
não Apaga  
*Hugo Moura*  
Cel Av

18

O que os Militares  
Defendem?  
*Araken Hipólito da Costa*  
Cel Av

22

A Estratégia  
Norte-Americana no Irã  
*Reis Friede*  
Desembargador

24

Os Aviões Líbios no Brasil  
*Venancio Grossi*  
Maj Brig Ar

26

Pensamento Aeronáutico  
*Luiz Fernando Póvoas da Silva*  
Cel Av

30

A Gloriosa Força  
Expedicionária...  
*Manoel Soriano Neto*  
Cel Inf

32

Análise Filosófica entre os  
Estados Unidos e o Brasil  
*Antonio Carlos Siqueira*  
Engenheiro

36

A Banalidade do Mal  
Jurídico  
*Marco Aurélio Vieira*  
Gen Div

38

Autoritarismo  
lá Fora,...  
*Ives Gandra*  
Jurista

40

O Primeiro Ministro  
da Aeronáutica  
*Astor Nina de Carvalho Netto*  
Ten Brig Ar

42

Invasão Vertical  
dos Bárbaros  
*Mário Ferreira dos Santos*  
Filósofo – *In memoriam*

47

Ser Líder  
*Hugo Barreto Macedo*  
Cel Av

# Mensagem do Presidente

Caros leitores, civis e militares:

Iniciamos o ano de 2026 com as esperanças de que, com as eleições, o País retome o caminho do bem, saindo das garras desse desgoverno, o que deverá acontecer, de acordo com todas as pesquisas divulgadas! Que Deus ilumine as mentes dos nossos eleitores!

Concluimos a troca dos mobiliários da piscina da Sede Central, assim como já foi feito na Sede Barra. As instalações estão muito mais bonitas.

Reforçamos a divulgação de que a nossa Sede Lacustre continua com a frequência em alta, estando nossas suítes quase sempre lotadas com os nossos sócios. Ficamos muito felizes com isso!

Continuam em andamento as obras na Barra para a construção de oito quadras de *pickleball*, o esporte que está bombando nos EUA e começando a ser divulgado no Brasil. Nessas quadras, também será feito um grande *lounge*, com atendimento de bar e lanchonete. O projeto deste novo espaço está muito bonito.

Nossa prestigiada Revista continua com excelentes matérias. Aproveitem bastante sua leitura.

Com a chegada do outono e a permanência do calor, continuem aproveitando bastante das nossas piscinas, em nossas três sedes!

Excelente leitura a todos!

Maj. Brig R1 Marco Antonio Carballo Perez.

Presidente do Clube de Aeronáutica



# Barra Deck Lounge



Encontra-se em fase final de projeto o Barra Deck Lounge, nova iniciativa que consolida mais uma parceria de sucesso entre o Clube de Aeronáutica e o Restaurante Barra Deck.

O novo espaço será construído na área esportiva, próxima às quadras de tênis e às novas quadras de *pickleball*, e foi concebido para ampliar as opções de convivência e lazer dos associados, integrando esporte, gastronomia e entretenimento em um único ambiente.

O Barra Deck Lounge nasce com a proposta de ser um ponto de encontro para sócios, atletas, familiares e convidados, oferecendo um espaço acolhedor para prolongar a experiência no Clube mesmo após o término das atividades esportivas.

O ambiente contará com televisores para transmissão de eventos esportivos, música ambiente, *drinks* e petiscos, além de uma programação periódica de atrações ao vivo. A proposta é criar um espaço diferenciado, alinhado ao padrão de qualidade do Barra Deck, proporcionando uma experiência de convivência contemporânea e confortável.

Pensado para diferentes momentos do dia, o Lounge terá uma atmosfera leve durante o dia, vibrante no fim de tarde e mais intimista à noite, convidando os frequentadores a relaxar, conversar e aproveitar o espaço com tranquilidade.

A programação cultural incluirá apresentações musicais como jazz, voz e violão, MPB e formatos acústicos, sempre com foco em um ambiente familiar e acolhedor. A intenção é criar novos hábitos de convivência e fortalecer ainda mais a presença dos associados na sede Barra.

Com o Barra Deck Lounge, o Clube de Aeronáutica amplia suas opções de lazer e reforça seu compromisso em oferecer experiências completas aos seus associados, unindo esporte, bem-estar, gastronomia e integração em um único espaço.



# CRIAÇÃO DO CLUBE DE AERONÁUTICA



Logo após a criação do Ministério da Aeronáutica, em 20 de janeiro de 1941, um grupo de oficiais se reuniu para instituir uma sociedade que congregasse a aviação e suas famílias. Mas foi no Dia do Aviador, 23 de outubro, que 84 oficiais de várias patentes do Ministério recém-criado, se reuniram na sede do Aero clube do Brasil, para tratar da fundação do, hoje, Clube de Aeronáutica (CAER).

À época, a reunião havia sido presidida pelo Cel Luiz Leal Netto dos Reis e convertida em Assembleia, presidida pelo Cel Amílcar Sérgio Velloso Pederneiras, e secretariada pelo Cel Armando Pinheiro de Andrade, quando, então, elegeram uma Diretoria Provisória e um Conselho Diretor compostos pelo Ministro da Aeronáutica, Maj Brig do Ar Armando Figueira Trompowsky de Almeida, como Presidente do Conselho, e pelo Cel Eduardo Gomes, como Diretor. Eles elaboraram o Estatuto do Clube Aeronáutico, denominação usada na ocasião, porém, o estabelecimento definitivo da instituição tardaria a acontecer. Uma sucessão de ocorrências

advindas com a Segunda Guerra Mundial, na qual o Brasil logo se engajaria, associada às intensas ações na estruturação do novo, Ministério contribuiu para esse adiamento.

O restabelecimento veio a ocorrer no dia 5 de agosto de 1946, ano seguinte ao término da guerra, em cerimônia que reuniu 314 oficiais da ativa com o propósito de retomarem o projeto da fundação do Clube por iniciativa do Maj Brig Trompowsky (*História Geral da Aeronáutica Brasileira*, p. 465).

Essa reunião se realizou na Diretoria do Pessoal da Aeronáutica, e a Mesa Diretora foi constituída pelo então Ministro da Aeronáutica Trompowsky, Brig do Ar Gervásio Duncan de Lima Rodrigues e Brig do Ar Raul Ferreira de Vianna Bandeira, Cel Av Ary de Albuquerque Lima e Cel Av Ignácio de Loyola Daher e Ten Cel Av Gabriel Grün Moss.

Naquele momento havia sido constituída a Comissão Organizadora do Clube, sob a presidência do Brig Ar Ivo Borges Leal, então Diretor do Pessoal da Aeronáutica. No dia 12 de agosto



Momento histórico em que o Maj Av Dionísio Cerqueira de Taunay lê a ata de posse perante a mesa diretora formada por (da esq. para a dir.) Brig Ar Ivo Borges; Ten Brig Ar Armando Trompowsky, Ministro da Aeronáutica; Gen Salvador Cesar Obino, Chefe do Estado-Maior Geral (EMFA); Presidente da República, Gen Eurico Gaspar Dutra; Senadores José Augusto Bezerra e Luiz Viana Filho.



Na plateia, aguardando o momento da posse, o Maj Brig Ar Fábio de Sá Earp (à esq.), tendo ao seu lado o Brig Ar Henrique Raymundo Dyott Fontenelle, e o Ministro do Superior Tribunal Militar (STM), Ten Brig Ar Amílcar Sérgio Velloso Pederneiras. Na fila de trás, vê-se o Brig Ar Ajalmar Vieira Mascarenhas.



Presentes à solenidade de posse do primeiro presidente eleito do Clube de Aeronáutica, o Ten Brig Ar Eduardo Gomes, tendo à sua direita o senador e ex-Ministro da Aeronáutica Salgado Filho e o Almirante Camargo, comandante do Corpo de Fuzileiros Navais.

do mesmo ano, a Comissão reuniu-se no Gabinete do Brig Ar Ivo Borges, e criou quatro subcomissões, com o objetivo de estudar os assuntos relativos ao Estatuto, às Finanças e às sedes Urbana e Campestre. Esses assuntos foram encaminhados na segunda reunião, ocorrida em 16 de agosto. Na terceira reunião, ocorrida no dia 19 do mesmo mês, foi escolhido, definitivamente, o nome Clube de Aeronáutica.

A Comissão também havia aprovado a redação final do Estatuto e a eleição de uma Diretoria Provisória, quando realizou sua oitava reunião, no dia 4 de janeiro de 1946. Ainda neste ano, em 15 de julho, em dependências cedidas pelo Clube Militar, tinha sido realizada a Primeira Assembleia Geral Ordinária, na qual foram eleitos a primeira Diretoria e os membros do Conselho que seguem abaixo. (conforme Portaria nº 252/GM3).

### **Diretoria Constituída**

#### **Presidente**

Maj Brig Ar Fábio de Sá Earp

#### **1º Vice-Presidente**

Brig Ar Henrique Raymundo Dyott Fontenelle

#### **2º Vice-Presidente**

Ten Cel Av Miguel Lampert

#### **1º Secretário**

Maj Av Dionísio Cerqueira de Taunay

#### **2º Secretário**

Maj Av Aldacir Ferreira e Silva

#### **1º Tesoureiro**

Cel Int Manoel Narciso Castelo Branco

#### **2º Tesoureiro**

Maj Av Paulo Sobral Ribeiro Gonçalves

#### **Beneficente**

Brig Ar Armando Pinheiro de Andrade

#### **Técnico-cultural**

Cap Av João Felipe Perdigão M. Fonseca

#### **Desportivo**

Maj Av Flávio de Souza Castro

#### **Facilidades**

Cap Av Ruy Barbosa Moreira Lima

#### **Econômico**

Cel Int Luiz Peres Moreira

#### **Imobiliário**

Cel Int Antonio Sanromã

#### **Recreativo**

Cap Av Ubiratan Favilla

Em menos de um mês, após a constituição da diretoria, o primeiro aniversário de fundação do CAER foi comemorado com uma Sessão Magna, no dia 5 de agosto de 1947, nas dependências do Clube Naval, para a tomada de posse da Presidência, pelo Brig Ar Fábio de Sá Earp, e contou com a presença do presidente da República, General de Exército Eurico Gaspar Dutra; do Vice-Presidente da República, Senador Nereu Ramos; Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado José Augusto; de vários ministros e de altas autoridades. Naquele momento histórico, o Maj Av Dionísio Cerqueira de Taunay apresentou a ata de posse perante a mesa diretora.

### **Palavras do Ministro da Aeronáutica que presidiu a Assembleia Geral Ordinária**

O Maj Brig Ar Armando Figueira Trompowsky de Almeida, então Ministro da Aeronáutica, que presidiu a Assembleia Geral Ordinária (AGO) do CAER, referente à sua fundação, ocorrida no dia 5 de agosto de 1947, explanou as seguintes palavras para os presentes:

“Senhores. Estamos aqui reunidos em torno de uma ideia que ansiamos corporificar. Não é nova como sabeis a intenção de criarmos o Clube de Aeronáutica. Em 1941 foi lançada a primeira tentativa, mas foi também nessa época que nossas preocupações decorrentes da situação internacional começaram a nos absorver completamente com proveito dos altos interesses da nossa Pátria. Não se pode deixar de reconhecer que a semente germinou; a nossa presença aqui é, sem dúvida, uma prova disso. Trata-se de instalar o Clube de Aeronáutica num lugar comum a mais, que nos congregue também quando fora de nossas atividades. Com essa compreensão aceitei presidir a abertura desse conclave. Vi no vosso convite a gentileza do apreço ao companheiro mais antigo que um pouco antes de vós ansiou pelo progresso da Nação, passando pelas mesmas etapas que hoje atravessais. A vida é assim mesmo, meus camaradas; as gerações se vão sucedendo, cabendo aos que chegam, podeis crer, um legado cheio de sacrifícios as asperezas dos que na sua frente caminham. Debajo do conceito que o Clube virá reunir ainda mais a família aeronáutica, ajudará a formar a sua tradição de glórias e respeito, contribuirá reforçar o nosso sentimento de cooperação, atenderá a uma irmanação de propósitos com nossos camaradas do Exército e da Marinha, eu vejo com simpatia a sua instalação e prevejo o seu progresso. Com o mesmo sentimento de apreço agradeço, na qualidade de mais antigo, a vossa presença, que traduz bem os caracteres de boa formação de uma classe que repele pelo respeito de uma legítima compreensão o que abastarda e mesquinha. Está instalado o Clube, e com isso convosco me congratulo.”

# Revolta de Aragarças

Marco Aurélio Mattos

Cel Av

mattos.marco@gmail.com



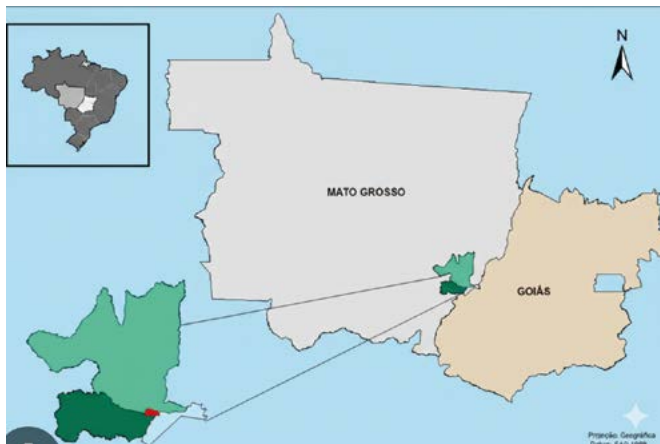
O jornal *Correio da Manhã* publicou o primeiro Manifesto Rebelde distribuído pelos oficiais rebeldes. O Manifesto é um documento de grande importância histórica, o qual apresenta as razões da Revolta de Aragarças, que servem como um retrato político da época.

## Síntese do Manifesto

(...) O país foi lançado em um estado de desordem (...) nação mergulhada num estado incontrolável que a República está ameaçada de destruição (...) não há mais poderes da República funcionando constitucionalmente (...) os poderes só se harmonizam para viverem uma existência formalística, pois estão abastardados e submetidos aos dois únicos poderes em verdade atuantes, o da força e o da corrupção (...) leis demagógicas e de dilapidação dos bens e o dinheiro público. O empreguismo e os favores pessoais de todas as espécies numa onda de corrupção sem limite, incontrolada (...) o Poder Judiciário omissivo, coagido e corrompido não representa já mais nenhuma garantia ao cidadão, falhando assim também aos seus deveres constitucionais (...) os partidos políticos, degenerados em facções fazendo prevalecer

o interesse de pessoas e grupos sobre o interesse nacional (...) a Constituição, burlada por uma legislação eleitoral antidemocrática (...) leis cotidianas e ostensivamente violadas pelos atuais detentores do governo. A depressão econômico-financeira num crescendo agigantado arrasta a nação à desordem e ao caos social (...) custo de vida resultante dos desmandos, da improbidade, da incapacidade do grupo dominante, levou à miséria e ao desespero o povo brasileiro (...) greves e manifestações hostis se sucedem numa demonstração cabal da incapacidade dos detentores do governo (...) a conquista do bem-estar do povo e da prosperidade do país estão inteiramente ao desamparo e sem a esperança da necessária reestruturação (...) estruturada em bases artificiais e inadequadas à realidade brasileira traz como consequência o enriquecimento de uns poucos à custa do crescente empobrecimento do resto da nação. A moeda dia a dia mais aviltada (...) os adeptos do comunismo infiltrados nos mais variados setores, dentro e fora da administração pública, procuram tirar o máximo benefício da situação de miséria (...) para implantar o seu regime de escravização do ser humano. (...) a fim de criar um clima propício à consecução (...) um novo plano para a sua perpetuação. (...) diante desse quadro desolador

o que se sente é que o povo brasileiro, juguete da prepotência e dos desmandos de toda a ordem por parte dos atuais governantes (...) atendendo a essa situação de desespero (...) componentes das Forças Armadas do Brasil, cuidando ser de nosso dever de fidelidade à Pátria e à República, nos declaramos em estado de insurreição (...) mais vale fazer um sacrifício para conquistar a liberdade, a honra, o direito, a justiça, o bem-estar e a grandeza da Pátria, do que viver escravizado, humilhado e mendigando aquilo que representa a prerrogativa básica do homem, enquanto os componentes da camarilha ora no poder usufruem uma vida de gozo, à custa do trabalho, do suor e das privações da maioria do povo brasileiro. Viva o Brasil. Viva a Revolução. Força Revolucionária de Aragarças, 19 de março de 1959.



Barra do Garças-MT (verde-claro) e Pontal do Araguaia (verde-escuro). A pequena área vermelha, só visível no mapa da esquerda, representa a área urbana dos Municípios. Localização das cidades de Aragarças-GO (azul-claro)

## O segundo Manifesto

Em dezembro de 1959, um novo manifesto foi distribuído e publicado no jornal *Correio da Manhã*:

Revolução em marcha. A todo instante novas adesões chegam ao comando revolucionário. Agora, não são apenas oito jovens oficiais da Aeronáutica que se insurgem contra a situação de angústia e desespero a que foram levados os brasileiros por um governo corrupto e incapaz. Elementos do Exército e da Marinha, de patentes as mais diversas, vêm demonstrando seu irrestrito apoio ao movimento que visa a liberar o país do jogo odioso de Juscelino e seus asseclas. Também civis vêm procurando insistentemente as pessoas ligadas ao movimento, como voluntários, para a luta que se travará em breve. O comando revolucionário, com seu QG instalado em qualquer parte do país (e não em Aragarças, que é apenas um provisório), estuda, no momento, os planos para o desencadeamento de uma ofensiva geral. Somente depois de concluídos esses estudos, serão aceitos voluntários civis. A revolução caminha a passos largos. Logo estará vitoriosa. Para que um regime de liberdade real

se instale no Brasil, não poderá haver contemplações para os maus brasileiros, para aqueles que, há vários anos, tripudiam do sofrimento do povo. Para esse só restará o caminho da fuga vergonhosa para o exterior, ou castigo implacável de um pelotão de fuzilamento. Nenhum criminoso ficará impune.

## Em Aragarças

Após o pouso do Constellation na pequena pista de Aragarças, os rebeldes confiscaram todos os filmes dos repórteres, mas Campanela Neto conseguiu esconder alguns rolos. Graças ao seu empenho profissional chegaram-nos várias imagens do evento. A foto que mostra o momento da rendição de alguns revolucionários de Aragarças ganhou o “Prêmio Esso de Jornalismo”.



Campanela Neto e o telegrama expedido por Campanela: “... Tenho foto sensacional”.

### 04 de Barra do Garças MT transmitindo de Aragararina

em companhia a 8 jornalistas e senador Remi Archer e 45 passageiros estão detidos Aragarças pelo Comando Insurretos chefiados PT Coronel Luiz Mendes e Veloso PT senador acaba de ser removido do Estado Maior incomunicável PT senhoras crianças estão desesperadas PT seguiram duas aeronaves destino cachimbo conduzindo senador como refém de guerra Campanelo telegrama urgentíssimo para o diário de notícias meu material apreendido pelo Coronel Haroldo Veloso VG estou conseguindo alguma coisa muita dificuldade e senador Remi Acher Renato e Paulo Oliveira presos como refém tenho foto sensacional SDS Campanelo.<sup>1</sup>

Esperando a chegada do Constellation, o Ten Cel Lebre, também armado, providenciou um caminhão que serviria como

<sup>1</sup> Embora no telegrama a grafia encontrada seja Campanelo, nos demais documentos do Prêmio Esso de Jornalismo encontramos a grafia Campanela.

“escada”, pela carroceria, para o desembarque dos passageiros devido à posição da alta porta de desembarque da aeronave.

Os C-47 do Galeão juntaram-se ao Constellation. Por pura coincidência, o piloto Genário, da Fundação Brasil Central,<sup>2</sup> dava partida no seu pequeno avião para retorno a Xavantina. Ao perceber o grande movimento de cidadãos no local, foi ver o que acontecia e, recusando-se a aderir ao movimento, recebeu ordem de prisão, que em todo caso era apenas para ficar detido no aeroporto.

Outro pouso surpreendeu os revoltosos: um Beech da FAB, cumprindo linha do Correio Aéreo Nacional, entrou na final para o pouso. Era o Tenente Aviador Castelo Branco, que foi instado por Burnier a aderir ao grupo: “o senhor pode se juntar a nós ou está preso”. A resposta foi clara: “estou preso”.<sup>3</sup>

O Manifesto foi distribuído aos passageiros que receberam informações sobre o ocorrido. O ambiente era de estupefação!

A situação estava complicada, entre os passageiros, a viúva do Tenente, primo do Marechal Lott, o Senador Remy Archer, presidente do Banco da Amazônia, um viúvo acompanhando o caixão da falecida esposa e vários profissionais da imprensa. Um grupo difícil de se controlar dentro de um terminal de passageiros. Isso sem falar na urgência que tinham os repórteres para relatar às suas agências o que estava ocorrendo. Mais tarde todos testemunharam que foram bem tratados.



Senhoras em Aragarças: uma passageira, a viúva do Ten Lott e a comissária de bordo do Constellation.

Burnier preparava as novas ações. Determinou o reabastecimento do Constellation com o combustível dos tambores

<sup>2</sup> A FBC tinha como atribuição proporcionar recursos materiais e humanos para o desenvolvimento das áreas compreendidas entre os rios Araguaia e Xingu. A “Marcha para o Oeste”.

<sup>3</sup> Araken Távora, *Voo Rebelde*, p. 74.

e recebeu, com surpresa, o avião civil, chegado de BH, com os Cap Gerseh e Cap Mascarenhas, e o Ten Leuzinger. “O que aconteceu com os dois NA-T6 esperados?” Ficou sabendo das novas desistências de oficiais ao movimento. Deu orientações para a interrupção de pontes e a tomada de estações de radio-comunicação em outras cidades.

O Ten Cel Lebre convidou os passageiros para se dirigirem ao aeroporto local. O Senador Archer, mantendo a dignidade, replicou: “é um convite ou uma ordem?” – “Por enquanto é um convite”, retrucou Lebre, “mas se o senhor quiser, poderá ser uma ordem”.<sup>4</sup>

O repórter Evaristo Cardoso, um dos passageiros do Constellation, conseguiu uma carona de Jipe para Barra do Garças e, do Correio, expediu 18 telegramas, mas não conseguiu fugir da região. Seriam necessários oito dias para chegar a Cuiabá e 15 para Belém. Resignado, retornou para Aragarças e encontrou o Ten Leuzinger e os passageiros bebendo cervejas no hotel. As passageiras, preocupadas, trancadas nos seus quartos.



O Grande Hotel de Aragarças, onde os passageiros ficaram hospedados. Foi construído pela Fundação Brasil Central.

Fortunato, o viúvo, sensibilizou Burnier, que solicitou ao Veloso (partícipe do movimento de Jacareacanga) que levasse o penalizado senhor e os restos mortais da esposa para Santarém, pois de lá conseguiriam um transporte para Belém. O Senador Archer estava inconformado com a situação, o que fez com que os rebeldes o colocassem no Constellation, pois, devido à altura, ele não conseguiria fugir. Visavam a própria segurança do parlamentar. Uma fuga, em lugar tão remoto, poderia ser desastrosa.

Leuzinger retornou a Aragarças depois de retirar os cristais<sup>5</sup> das estações de rádio das cidades vizinhas. Não queria danificar os aparelhos que poderiam ser úteis mais tarde. Burnier seguiu para Xavantina, onde retirou armas das instalações da Fundação Brasil Central e conseguiu novos adeptos para o Movimento.

<sup>4</sup> Araken Távora, *Voo Rebelde*.

<sup>5</sup> O cristal, também conhecido como detector de cristal, originalmente feito com um pedaço de galena. Galena é um semicondutor usado nos primeiros sistemas de comunicação sem fio (na década de 1940 era muito utilizado, inclusive em aviões).

O abastecimento do Constellation foi trabalhoso. Foi necessário encher uma lata e suspendê-la, inúmeras vezes, pela carroceria do caminhão, e passá-la para a asa, onde ficavam os bocais dos tanques da aeronave. Demorou quase 20 horas para completar os tanques.<sup>6</sup> Os revoltosos haviam previamente armazenado 8.000 litros de combustível de aviação no local.

Em Aragarças, receberam notícias de que tropas federais estavam chegando em Brasília e de que tropas paraquedistas já teriam retomado as instalações da FAB no Xingu. O ataque aéreo a Aragarças tornara-se iminente.

### A fuga para o exterior e o C-47 abatido

Os oficiais perceberam a impossibilidade de receber novas adesões. No entanto, a volta de Jânio Quadros à competição eleitoral foi recebida como uma vitória.

Precisavam executar uma fuga do país, sabiam que as sanções seriam pesadas, era o segundo levante que o Presidente enfrentava durante o governo.

Os aviões partiram para Cachimbo e, como segundo plano, deveriam fugir para o exterior, pois a esperança de que o Movimento se alastrasse pelo país havia falhado. Receberam a informação de que 350 paraquedistas invadiram Aragarças, sob o comando do Maj França.



A rendição em Aragarças, foto premiada pelo "Prêmio Esso de Jornalismo", em 1960. Foto de Campanela Neto.

Todas as aeronaves estavam fora de Aragarças cumprindo missões de convencimento e, também, prontas para iniciar a fuga, menos a do Ten Leuzinger, que desconhecia a chegada das tropas em Aragarças. O seu C-47 estava com os rádios inoperantes e ele se aproximava para pouso na cidade.

Leuzinger iniciou a final para pouso e só percebeu que Aragarças tinha sido tomada quando no solo. Ele aplicou os

motores do valente C-47 2060, sobrevivente das guerras na Europa, para mais uma decolagem heroica. Desta vez, o fogo disparado pelas tropas federais foi inclemente. O velho C-47 foi abatido e incendiado irremediavelmente. A veterana aeronave de guerra sucumbira, mas, milagrosamente, sua tripulação sobreviveu.<sup>7</sup>



O C-47 comandado pelo Ten Av Leuzinger foi abatido na arremetida do aeródromo de Aragarças.

<sup>6</sup> Eurípedes Coelho de Magalhães, *Ascensão e queda de um piloto de linha aérea*, 1976.

<sup>7</sup> Foi uma ocorrência inusitada. O avião da FAB foi abatido por tiros disparados por militares da FAB.



Ten Av Leuzinger após o incêndio do seu avião. Todos a bordo sobreviveram.

Veloso e Barata estavam sobrevoando Jacareacanga com os tanques vazios, sem alternativa possível, jogaram granadas sobre as tropas que se refugiaram no aeroporto. Os dois Douglas conseguiram reabastecer.

No Constellation, com Eber no comando, voando na proa de Cachimbo, já sabiam que as tropas estavam no local e que Santarém já havia sido retomada. A fuga para Buenos Aires, na Argentina, se delineava, e, agora, as rádios em edições extraordinárias anunciavam a volta de Jânio Quadros às eleições. A principal razão do Movimento fora atingida. Fugiram do Brasil, mas com a sensação de uma vitória parcial. Começava um longo exílio para todos os rebeldes, menos para Leuzinger, que seus amigos consideravam morto. Ele foi preso e levado para o Rio de Janeiro.

Burnier e Mascarenhas, no Beech, fizeram um disparo de bazuca tentando intimidar a tropa e abastecer em Cachimbo. Não conseguiram o intento e fizeram o pouso em uma fazenda próxima a Corumbá.



O Beech AT-11 camuflado na mata.



Momento dramático da retirada do esconderijo na mata e o posicionamento do Beech, em Santarém, para a fuga do país.

Nos dois Douglas C-47 em voo estavam o Ten Cel Veloso, o Cap Gerseh, o Cel EB Luis Mendes da Silva, o Roberto Rocha, o Cap Barata e o Cap EB Tarcísio. Devido à forte neblina, não conseguiram avistar Cachimbo e prosseguiram para Porto Suarez, na Bolívia. Lá chegando, o soldado perguntou se era um voo do CAN; recebeu a confirmação e não fez objeções para o abastecimento. Com os tanques cheios, tomaram a proa de Assunção, no Paraguai.

## O voo para o exílio

Os rebeldes ouviram o discurso de Jânio que, voltando ao pleito eleitoral, levou os rebeldes a entenderem que haviam “acendido uma vela na escuridão”, palavras tiradas do próprio discurso do político. Burnier, ao considerar que o perigo da implantação revolucionária do comunismo estava afastado e que melhores atitudes políticas seriam tomadas no Brasil, concluiu que os objetivos do movimento foram alcançados.



## Na Bolívia

A tripulação do C-47 2059 – Maj Paulo Víctor, Maj Lameirão e Sgt João Gunther – conseguiu o exílio sem maiores problemas. O advogado Luiz Mendes de Moraes Neto optou por ficar no Brasil e desembarcou em Porto Esperança.

## Na Argentina

O Constellation, na parte da manhã, fez contato com a torre de controle do Aeroporto de Ezeiza, em Buenos Aires. O Cmt Mário Borges, já próximo do aeroporto, foi autorizado a pousar. Imediatamente após o pouso, soldados isolaram o avião, e os dois rebeldes foram confinados incomunicáveis. O Senador Acher estava finalmente livre.

## No Paraguai

Os fugitivos que seguiram para Assunção vivenciaram problemas para receber o exílio. Assunção era um destino constante das linhas do Correio Aéreo Nacional da FAB. Era plausível que as autoridades brasileiras pressionassem o país para evitar a permanência dos rebeldes naquela cidade.

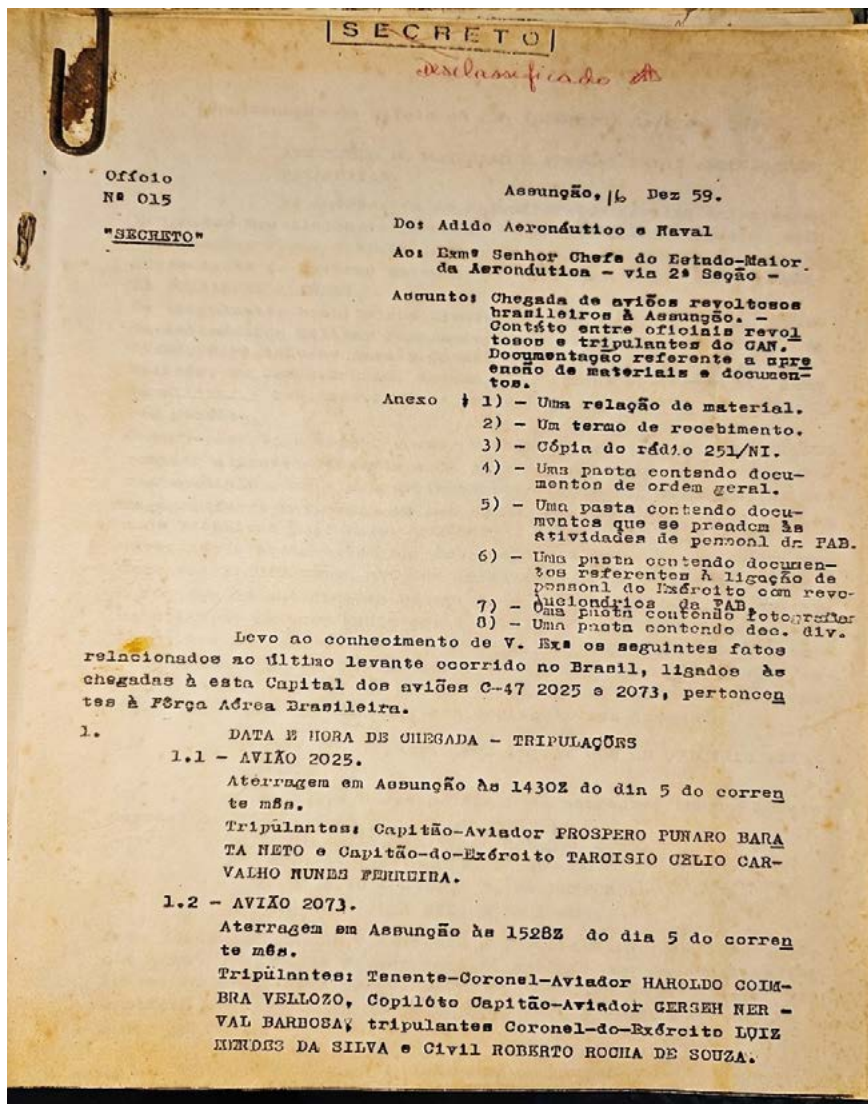
O Adido Aeronáutico e Naval em Assunção, oficial da FAB, apresentou o Ofício nº 015, de 16 de dezembro de 1959, de 43 páginas, sobre a chegada das aeronaves dos rebeldes em Assunção.<sup>8</sup> O ofício apresenta oito anexos detalhando todos os aspectos do acontecimento e o histórico da ocorrência. A documentação continha informações sobre o inusitado evento. Do extenso relatório consta o horário da chegada do C-47 tripulado pelo Cap Av Próspero Punaro Barata Neto e pelo Cap EB Tarcísio Célio Carvalho Nunes Ferreira, às 14:30h, de 05/10/1959, seguido da aeronave C-47 2073 com os tripulantes Ten Cel Av Aroldo Coimbra Veloso, copiloto; o Cap Av Gerseh Nerval Barbosa; o Cel EB Luiz Mendes da Silva e o engenheiro Roberto Rocha de Souza.

Do Ofício nº 15 do Adido Aeronáutico, já citado, consta a apreensão do material e pessoal pelas autoridades paraguaias. No inventário de apreensão foi enumerado o armamento apreendido: uma pistola metralhadora INA da Força Pública de São Paulo; quatro pistolas Colt 45; um revólver calibre 38 e outro calibre 32; quatro granadas incendiárias tipo M1; cinco granadas incendiárias tipo M2; uma granada de mão; cinco granadas lacrimogênicas; uma caixa de madeira contendo dez granadas Rocket; um saco com munição 45; uma bolsa de paraquedas contendo numerosa documentação; e planos do movimento.



Arma antiaérea instalada pelas tropas legalistas após a retomada de Santarém.

<sup>8</sup> Documento histórico, inicialmente de grau de sigilo SECRETO, foi posteriormente desclassificado.



Ofício de 16 de dezembro de 1959 descrevendo a apreensão do material a bordo das aeronaves rebeldes.

## O embate diplomático

O governo do Brasil, segundo o jornal *Diário de Notícias*, de 09/06/1960, teria recomendado que os exilados se internassem no país ou que abandonassem o Paraguai. Tanto o governo do Brasil como o do Paraguai negaram essas notícias, publicadas na imprensa, no entanto, os voos do Correio Aéreo Nacional foram cancelados para a cidade de Assunção.

O porta-voz do Itamaraty desconhecia o assunto e afirmou que o chanceler Horácio Lafer não se pronunciaria. Os Embaixadores do Paraguai e do Brasil declararam desconhecer que o governo brasileiro tivesse exercido influência sobre o assunto.

Os seis rebeldes de Aragarças, exilados em Assunção, foram intimados a abandonar o Paraguai independentemente da concessão de asilo por outro país. A situação se agravava. Essa informação foi transmitida via *Radiobrás*, por Nilo Dante, enviado especial do *Diário de Notícias* à capital paraguaia, onde se encontravam o civil Roberto Rocha Souza, o Cel Luiz Mendes da Silva, o Cap EB Tarcísio Nunes, o Ten Cel Haroldo Veloso e os

Cap Gerseh e Barata, da FAB. Entre atitudes dúbias e desmentidos governamentais, os exilados resolveram solicitar asilo à Argentina e esperavam resposta oficial de Buenos Aires.

O representante da Aeronáutica Brasileira confirmou que estavam suspensos os voos do CAN, não só para Assunção, como também para as cidades de Lima, La Paz e Caiena, e, justificando a medida, declarou que as autoridades da Aeronáutica temiam que os oficiais aproveitassem os voos do CAN e se evadissem para países vizinhos. Os rebeldes brasileiros estiveram na embaixada da Argentina tratando do novo asilo.

No Rio de Janeiro, o presidente JK, ciente da fuga dos rebeldes, resolveu fazer um pronunciamento na "*Voz do Brasil*":

... A Nação encontra-se, de forma definitiva, integrada na legalidade. Esta é a clara lição resultante da inqualificável rebeldia que tentou ferir a reputação internacional do nosso país e sua ordem interna que estava, de início, voltada a fim melancólico... Ninguém deterá o Brasil no seu avanço...

Ainda respondeu algumas indagações dos repórteres:

Todos os rigores da lei serão, desta vez, aplicados, assim que forem detidos todos os rebeldes e verificadas as responsabilidades em inquérito militar. O que mais me entristece é a repercussão externa desses acontecimentos. Um avião pousar em Buenos Aires, com dois oficiais e um senador da República como refém é desagradável à reputação do país.

Os repórteres, então, tocaram na informação inesperada da volta de Jânio ao páreo presidencial! JK respondeu, aparentemente surpreso, de modo jocoso, "ele renunciou à renúncia!" Sorriu...

## A solidariedade no País – o bazar

Embora os revoltosos não tivessem recebido a adesão que esperavam, eles conseguiram o retorno do Sr. Jânio Quadros às eleições. Ainda, receberam o apoio tácito da oficialidade da Força Aérea. Tal manifestação se deu pela confecção de diversos objetos artesanais, nas Bases Aéreas, doados para os exilados, visando à comercialização e à sobrevivência deles.

Na reportagem do jornal *A tribuna*, de 28/12/1959, foi publicada uma manchete sobre os exilados: “Aragarças: bazar foi sucesso e haverá rifa”. Da senhora Lúcia Muniz, mulher do Brigadeiro Guedes Muniz e uma das organizadoras do bazar, que recolheu fundos para as famílias dos exilados de Aragarças, recebemos a seguinte carta:

É com todo prazer que agradecemos ao vosso prestigioso jornal o apoio e a cobertura que espontânea e graciosamente ofereceu ao bazar destinado a angariar auxílios financeiros para as famílias dos exilados de Aragarças.

Nosso prazer é tanto mais justificado porquanto terminou com muito sucesso a nossa missão pois já entregamos ao Exmo. Sr. Marechal do Ar Ivo Borges, presidente da comissão de aviadores que se entende com as famílias dos exilados, a importância em dinheiro, de Cr\$ 589.550,00 cruzeiros (quinhentos e oitenta e nove mil, quinhentos e cinquenta cruzeiros), restando ainda vender 595 bilhetes da rifa do colar e da boneca japonesa, rifa esta que deverá correr no próximo dia 20 de janeiro.

Vendidos que foram todos esses bilhetes, cujo valor corresponde à importância de Cr\$ 119.000,00 (cento e dezenove mil cruzeiros), terá o Bazar concorrido para aquele nobre objetivo de solidariedade humana, com mais uma contribuição total de Cr\$ 708.550,00 (setecentos e oito mil, quinhentos e cinquenta cruzeiros).

Na impossibilidade material de agradecermos pessoalmente a todos que vieram, os donativos em dinheiro, prendas e demais objetos, pedimos a vosso digno jornal que faça chegar a todos esses corações bem brasileiros, por serem tão humanos, a nossa sincera gratidão. Cordialmente, em meu nome, no de Celeste Borges de Amarilis Salema, subscrevo-me, Lúcia Muniz.<sup>9</sup>

Ainda compareceram ao bazar o Brig Eduardo Gomes, um dos maiores líderes da FAB, hoje Patrono da Força Aérea, acompanhado de sua irmã, a Sra. Eliane. Deixou um cheque no valor de Cr\$ 20.000,00, enquanto a irmã ofereceu algumas valiosas prendas.

No jornal *O Diário*, de 13/11/1960, encontramos a seguinte manchete: “Rebeldes dizem ‘Obrigado’ pelo bazar de Natal”.

O Major Heber Teixeira Pinto, da FAB, e o engenheiro civil Charles Herba, dois rebeldes de Aragarças, que se encontram exilados em Buenos Aires, em carta enviada aos Brigadeiros Guedes Muniz e Ivo Borges, bem como às suas respectivas esposas, agradeceram ontem a magnífica obra de solidariedade humana representada pelo bazar de Aragarças, organizado durante o Natal.

“Esperamos ser compreendidos” – prossegue a carta – “quando solicitamos transmitir os nossos agradecimentos às centenas de companheiros e famílias, aos elementos civis e militares que se sentiram vinculados a nós e aos nossos, a todos os que, de qualquer forma, contribuíram de todas as maneiras para que passássemos em alegria a noite de Natal e a passagem do ano”.

Os dois exilados agradeceram especialmente as contribuições recebidas pelo bazar e assinadas entre outras por um doador anônimo e uma babá, finalizaram desejando ao Brasil um ano de 1960 mais feliz do que o anterior.

## A anistia

Fevereiro de 1960 – aproximadamente 13 meses após o levante –, o Deputado Alfredo Nasser apresentou um projeto de anistia para os rebeldes de Aragarças. Afirmou considerar que:

não foi um movimento armado, um levante, uma quartelada ou uma intentona, mas um protesto, inadequado sem dúvida, sobretudo partindo de militares, mas um protesto. A própria ausência de uma conspiração que abrangesse áreas mais extensas e o fato de ter sido condenado tanto na área militar, como na civil, prova o espírito individual do gesto.

O que cumpre agora, sem qualquer sentimentalismo, mas para atender o interesse nacional, o que procurarei provar na justificativa do projeto, é reintegrar os rapazes na comunhão nacional. Já devem ter compreendido, e não é preciso mais, que não é essa a contribuição que o país espera deles para a solução das nossas dificuldades e a moralização dos nossos costumes políticos.

Anistia não é demonstração de fraqueza, mas de força. E pode valer por um teste de honestidade das forças situacionistas no jogo sucessório. Vamos aguardar a reabertura do Congresso.<sup>10</sup>

O Presidente JK considerou a possibilidade de anistiar os envolvidos no movimento. Pretendia chamar a atenção para os candidatos situacionistas, de modo a anunciar o decreto da anistia às vésperas das eleições. Manteve sondagens junto aos Ministros Militares. Visava tramitar com urgência a matéria de autoria do Deputado Alfredo Nasser. Os oficiais e o Sargento João Gunther foram anistiados, tendo voltado já no Governo de Jânio Quadros.

O resultado da eleição presidencial foi devastador para os partidos de esquerda. Com 5.600.000 votos, a maior votação até então obtida no país, Jânio venceu o Marechal Lott por mais de 2.000.000 de votos.

<sup>9</sup> Estas senhoras eram as esposas de militares de alta patente da Força Aérea Brasileira.

<sup>10</sup> Publicado no *Jornal do Brasil* de 03/08/1960.

# As Asas que o Tempo não Apaga

Hugo Moura

Cel Av  
mourahjt@gmail.com



**A**s vezes, quando o silêncio da casa se instala no fim da tarde, fecho os olhos e volto. Não é esforço, é só deixar a memória abrir a portinhola. E lá estão elas: as pistas do CFPM de 1970 e da AFA de 1973, o cheiro de querosene dos T-37, e gasolina do T-23/T-25, o ronco agudo do jato e o ruído macio do Zarapa/Universal entrando no peito como se fossem parte do pulmão e do coração.

Formei-me oficial-aviador naquele ano. Um menino ainda, nos meus 21 anos, com o sonho maior que o uniforme. No ano seguinte, 1974, o curso de Caça. Depois vieram quase quatro anos de AT-26 Xavante, dando instrução, voando baixo, sentindo a aeronave responder como se lesse meus pensamentos. Era uma relação de confiança absoluta – e de respeito.

Próximo capítulo, a transferência para Anápolis. Queria voar o Mirage III, o F-103. Queria sentir aquele ícone da Guerra dos Seis Dias voando, aquela potência que fazia o horizonte parecer pequeno. Fiquei lá mais quatro anos, até 1981. Quatro anos de céu azul, de pós-combustão acesa, de orgulho quase infantil de voar a Mach 2 e ver a sombra do delta prateado espelhada nas nuvens lá embaixo.

Mas o corpo, esse companheiro teimoso, resolveu cobrar a conta: um problema na coluna, talvez nascido ou piorado nos dois acidentes que vivenciei – a ejeção com o Xavante, em 1976, e aquele susto de 1979, quando o meu H-13H perdeu meio rotor de cauda por fadiga de material e me fez “chegar” com violência no pátio do aeroporto de Brasília. Não havia escolha, o CEMAL foi taxativo. O voo de caça tinha acabado para mim.

Fui para o EMAER, fiz pós-graduação em Computação, na PUC Brasília, e aí veio o convite do Brig Lobo, para fazer parte da equipe pioneira da COPAC, no começo do Programa AMX. Era outra guerra, mas agora de bits, de linhas de código, de sistemas que ninguém no Brasil ainda sabia operar de verdade.

Em 1984, curso nos Estados Unidos, no Keesler Technical Training Center da USAF e, logo depois, a missão mais desafiadora e motivante da minha vida profissional: Itália, Turim, dentro da fábrica do AMX. Trazer para o Brasil o conhecimento da aviônica digital e do *software* embarcado, liderar a equipe brasileira no Grupo Técnico de Software, brigar com prazos, diferenças culturais, noites mal dormidas e uma vontade imensa do parceiro italiano de não deixar a tecnologia escapar. Com a nossa competente equipe e a ajuda preciosa dos brilhantes engenheiros da Embraer, conseguimos, trouxemos o futuro para cá, a duras penas, como tudo o que vale a pena.

Voltei e fiquei quase 10 anos na COPAC. Depois, DCTA, a convite do meu dileto chefe e amigo TB Taveira, onde fiquei até 1996. Desde Anápolis, nunca mais tinha pilotado um caça de verdade, exceto um voo breve em um Pucará argentino, em uma visita deles ao DCTA por conta do projeto do EMB-123. Um gostinho rápido, mas que só aumentou a saudade.

Até que, passados 12 anos do início do Programa AMX, usei dizer em voz alta: queria voar o A-1 antes de sair do DCTA. Não

precisei esperar muito... a Embraer me ouviu. Convidaram-me para fazer um voo!

Aquele dia... Meu Deus, como explicar? Entrei no *cockpit* do A-1 sabendo que estava voando uma aeronave que, de certa forma, eu tinha ajudado a nascer. Cada botão, cada *display*, cada linha de código que eu tinha defendido na Itália estava ali, respirando comigo. Na nacele traseira, o Maj RR Almeida, meu antigo adjunto no 1º GDA, meu companheiro de tantas missões de alerta e serões na seção de informações de combate do GDA. Ele, agora piloto de ensaio da Embraer. Olhamos um para o outro como dois meninos que conseguiram escapar da sala de aula, e saímos para voar o A-1!

Foi um dos voos mais bonitos da minha vida. E também um dos últimos momentos de alegria com aquele amigo. Pouco tempo depois ele partiu, cedo demais.

Hoje, mais de 30 anos depois, olho para trás e me assombro com a velocidade do tempo. Parece que foi ontem a emoção do primeiro tiro aéreo com o Xavante, em Fortaleza, o frio na barriga antes de acender o pós-combustão do Mirage, as noites em claro em Turim discutindo tecnologias inovadoras e complexas para aquela época, a missão cumprida e o meu último voo em uma aeronave de caça.

Mas quando meus netos chegam com os olhos grandes e pedem “mais uma história do vô”, eu não preciso inventar. Só fecho os olhos um instante, puxo pela memória e começo a contar.

E isso, meu Deus, isso é uma bênção. Porque as asas podem ficar guardadas no hangar da reserva, mas as histórias... as histórias continuam voando.

E, enquanto eu respirar, elas vão continuar levando esses meninos para os céus que eu conheci.

*A la chasse!*



# O que os militares

Araken Hipolito da Costa  
Cel Av  
Arakenarte@gmail.com



BAFZ – 1/4 GAV PACAU  
Instrutores – 1972.

**P**arece óbvia esta indagação; e a resposta surge de imediato: é a Pátria.

Sem dúvida, nós, militares, defendemos a Pátria. A qualquer ataque de outra Nação ao nosso povo e ao nosso território, responderemos com um contra-ataque ao agressor, a fim de mantermos nossa soberania.

Certo, mas quando se trata da soberania interna? Se este ataque partir de nós mesmos, brasileiros? Quem é o nosso inimigo? O que vamos defender?

Não se considera exclusivamente salvaguardar o território e o povo, mas algo mais complexo: valores.

Desde cedo, em nossas Escolas Militares, aprendemos e nos preparamos para lutar pela Pátria, a terra cultivada pelos nossos pais, e até com o sacrifício da própria vida.

Uma nação se forma pela família e pela fé. A família é a base de um povo, estrutura-se na singular comunhão de seus componentes, e junto à língua materna acalenta costumes e valores para alimentar sua alma. No solo onde nasceram é que colhem os frutos do seu trabalho para seu sustento, reconhecendo o valor do amor à sua terra.

A luz da fé conduz à visão de união do mundo e do homem com Deus. Assim, cria esperança em uma bondade e em um poder que vão além de suas possibilidades.

Família e fé: dois vitais propulsores para evocar o sentido de Pátria.

Chegando nestas terras, o conquistador português já encontrou os indígenas incorporados ao território; logo depois, o trabalho escravo do negro africano. As peculiaridades de cada uma dessas etnias geraram uma diferenciada miscigenação cultural.

# defendem?



Demorou um longo período entre a afirmação da identidade e a formalização do nosso próprio pensamento nacional.

O Brasil, assim como as nações livres, fundamenta seus valores em quatro pilares constitutivos da cultura ocidental, e tão caros aos governos democráticos:

- O pensamento filosófico grego caracterizado pelo uso da razão na busca da verdade para compreender a realidade. De seus frutos nasceram a política, a ética, a estética etc., dando origem aos valores éticos.
- O Judaísmo e o Cristianismo trazem em seu bojo os valores morais influenciados pelo código mosaico e o sentido de igualdade, no qual todos são iguais perante Deus.
- O direito romano, tão imprescindível na justiça social.
- A família é a origem do agrupamento humano.

São esses valores morais e éticos que orientam a sociedade para sua liberdade, o bem comum espiritual e material, a justiça social, e direcionam o sentido nacional.

Quaisquer desvios desses valores provocarão um enfraquecimento da Nação, e são uma porta aberta para seu esfacelamento. Podemos afirmar, quando a nossa soberania interna sofre influência de valores impuros e de origem materialista, que é prenúncio de um desastre. Hoje é bem elucidado pela guerra híbrida.

As nações livres constituídas pelo território, pelo povo e politicamente organizado, precisam seguir o seu destino manifesto, e possuir uma força que a proteja de seus inimigos. Assim nascem as Forças Armadas como instituição nacional permanente e regular para manter a soberania nacional.

Nesse momento, cabe ao povo decidir sobre seu rumo e contar com sua Força Armada para impor a ordem e a soberania nacional.

Isso demonstra como o militar deve estar preparado não só operacionalmente, mas no aspecto político. A formação política permite interpretar e analisar como o inimigo interno atua, para poder enfrentá-lo. Não só no campo de batalha mas também na vida pública nacional.

Para reverter esse quadro, basta agir com a força do espírito que é sustentada pela inteligência e pela vontade. A inteligência para perceber a origem do mal; e a vontade expressa na firmeza e na coragem em destruí-la.

Exemplos não faltam na nossa história nacional e militar, no entanto, pautaremos três casos referentes à vida aeronáutica:

Nos idos de 1935 deflagrou-se no País a Intentona Comunista. A 26 de novembro, consegue arrebatado o governo na cidade de Natal (RN), e, ameaçadora, desenvolve-se no Recife.

Na madrugada do dia seguinte, eclode no Rio de Janeiro, na Escola de Aviação nos Afonsos e no 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha. A Escola de Aviação Militar situava-se no Campo dos Afonsos, do mesmo lado onde também se encontrava o Primeiro RAV (Regimento de Aviação), que era comandado pelo então Ten Cel Eduardo Gomes. A resistência de Eduardo Gomes no seu comando foi heroica, pois, mesmo cercado por forças superiores, ferido nas dependências do seu próprio comando, teimara em lutar. E, com esta teimosia, não permitiu que o movimento se alastrasse, nem as trágicas consequências se avolumassem.

A participação da Força Aérea Brasileira em 1944, com o 1º Grupo de Aviação de Caça, liderado pelo Maj Av Nero Moura, e a 2ª Esquadrilha de Ligação e Observação durante a Segunda Guerra Mundial, nos céus da Itália, onde combateu bravamente os regimes totalitários.

Após a Revolução de 1964, o governo enfrenta a luta armada contra os guerrilheiros comunistas; e, em janeiro de 1970, próximo a Registro, interior de São Paulo, o 1/14 Grupo de Aviação de Caça – Esquadrão Pampa, liderado pelo Maj Av Baptista, atacou guerrilheiros que protegiam o desertor Lamarca.

Não obstante, esses três relatos demonstram a importância da atuação das Forças Armadas na soberania interna e externa. Porém, por um ato político expressivo da esquerda socialista, sob a presidência de Fernando Henrique, cria-se o Ministério da Defesa, em 10 de junho de 1999, embora o objetivo fosse a correspondência com as nações modernas, as quais, graças ao exercício da cidadania, têm o senso comum acerca da defesa de sua nacionalidade, consubstanciado pela consciência de que o patriotismo é o valor maior para sua sobrevivência. No entanto, a verdadeira intenção deste ato era obter isolamento político dos militares, afastando-os das decisões políticas nacionais.

Hoje, perfazem 26 anos que os militares se afastaram da política para se dedicar somente aos problemas operacionais e administrativos.

Cabe ressaltar que o poder militar (Forças Armadas), do período do Império até o regime militar de 1964, apresentava uma missão histórica clara, como a defesa do território, a construção do Estado, a integração nacional e o desenvolvimento. O oficial tinha uma formação sólida, muito estudo sobre estratégia, história, filosofia política e geopolítica. Não era perfeito, mas ele tinha um sentido.

O ponto de inflexão se dá após o regime militar, e foi agravado com a criação do Ministério da Defesa.

Após, as Forças Armadas não foram derrotadas militarmente, mas derrotadas pelas narrativas, pois a instituição passou a ser vista como um problema histórico, e não como um alvo estratégico.

Criou-se um silêncio constrangedor: não fala muito, não pensa muito, não opina muito. Resultou em uma castração intelectual.

A despolitização virou desintelectualização.

Afastaram os militares da política, da geopolítica, da ideia de projeto nacional. Como consequência, passaram a premiar um perfil errado.

O sistema valoriza a burocracia, a conformidade, o zero atrito e menos a visão estratégica, a leitura profunda e o pensamento crítico.

A Pátria virou um conceito vazio, apenas retórico, e algo que ninguém parece defender.

Assim, ficaram calados, esperando o tempo passar.

O Brasil não perdeu soldados, perdeu um projeto. E se apagaram.

Cabe ressaltar que o sentido da política é pensar a *pólis*, a cidade, a Nação. Em síntese, é a cidadania, é pensar no próximo, pois quem não pensa nos outros torna-se um ser individualista ou idiota, bem caracterizado na Grécia Antiga.

Hoje, os militares vivem na caserna, enquanto o inimigo ataca livremente os nossos valores.

Observando os países fronteiriços, constatamos, ao longo de poucos anos, transformarem suas Forças Armadas em Guarda Pretoriana para atender aos interesses dos governos em detrimento do Estado-Nação. E até mais grave, associando-se ao poder do tráfico, expondo sua população indefesa e privando da sua preciosa liberdade. Por fim, nas convicções éticas de muitos juizes, o bem absoluto marxista converte-se na norma moral que justifica tudo o mais, inclusive a violência, o homicídio e a falsidade, se necessário for. E o que parecia ser democracia transforma-se em seu oposto, mostrando no campo das ações sua face diabólica.

Em síntese, a Cultura Nacional está ferida no âmago de seus valores e o nosso clamor é sobre a verdade, a justiça, a dignidade e dos valores morais do ser humano criado por Deus, em defesa da nossa Pátria.

# Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista

## Presidente do CAER de 2008 a 2012

A Força Aérea Brasileira (FAB) comunica, com profundo pesar, o falecimento do Ten Brig do Ar Carlos de Almeida Baptista, aos 93 anos, ocorrido na madrugada de 13/01, no Rio de Janeiro.

Nascido em 24 de março de 1932, no Rio de Janeiro, foi declarado Aspirante a Oficial em 16 de dezembro de 1954, pela antiga Escola de Aeronáutica do Campo dos Afonsos. Piloto da Aviação de Caça e de Transporte, acumulou cerca de 7.000 horas de voo.

Durante sua carreira, exerceu funções destacadas na FAB, entre as quais se destacam: piloto das Forças de Paz da ONU no Congo; Comandante

do 1º/14º Grupo de Aviação; Comandante do 1º Grupo de Aviação de Caça; Instrutor da ECEMAR; Comandante da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; Adido Aeronáutico junto à Embaixada do Brasil na Itália.

Alcançou o Generalato em 25 de novembro de 1983, havendo exercido cargos de grande relevância, dos quais se destacam: Comandante do Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro; Chefe do Gabinete do Ministro da Aeronáutica; Comandante do IV Comando Aéreo Regional; Diretor do Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento; e Comandante-Geral do Ar.

Em 21 de dezembro de 1999, ascendeu ao cargo de Comandante da Aeronáutica, conduzindo a Força Aérea Brasileira em um período de importantes transformações institucionais.

O Ten Brig Baptista teve participação importante no Reabastecimento em Voo (REVO) na FAB, atividade que representou um marco na ampliação da capacidade operacional da instituição. O primeiro REVO da Força Aérea Brasileira foi realizado



em 4 de maio de 1975, quando uma aeronave reabastecedora KC-130H Hércules transferiu combustível em voo para dois caças F-5E Tiger II, consolidando um importante avanço na doutrina de emprego aéreo.

No âmbito do Poder Judiciário Militar, foi nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar (STM) por decreto de 25 de julho de 1994, tendo tomado posse em 4 de agosto do mesmo ano. Em 19 de março de 1999, assumiu a Presidência do STM, exercendo mandato de dois anos. Atuou em diversas comissões e representou o Tribunal em eventos nacionais e internacionais. Aposentou-se em 20 de dezembro de 1999, em decorrência de sua nomeação para o cargo de Comandante da Aeronáutica.

Além de sua atuação operacional e jurídica, o Ten Brig do Ar Carlos de Almeida Baptista presidiu o Clube de Aeronáutica no período de 2008 a 2012, integrava o Conselho Superior do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER), ocupando a Cadeira nº 7. O Conselho Superior do INCAER é composto por profissionais de diversas áreas, que contribuem para a preservação da Cultura e da Memória da Aviação brasileira, reconhecidos por sua capacidade intelectual e pelo valor de seus serviços prestados à Aviação Nacional.

Ao longo de sua trajetória, foi agraciado com inúmeras condecorações nacionais e internacionais, entre elas a Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico – Grã-Cruz, a Medalha Militar de Platina, a Ordem do Mérito Rio Branco – Grã-Cruz, a Medalha da ONU no Congo, além de diversas outras honrarias que refletem sua dedicação e relevantes serviços prestados ao País.

Casado com Shirley Fátima Duarte de Oliveira Baptista, o Oficial-General deixa quatro filhos, além de netos e bisnetos.

Fonte: Agência Força Aérea, por Tenente Mônica Lopes

# A Estratégia Norte-Americana no Irã

Reis Friede

Desembargador  
reisfriede@hotmail.com

**A**o contrário de algumas asseverações, a estratégia norte-americana no Irã tem se revelado clara, lógica e racional. Porém, sua execução, no estilo trumpista de ser, é bastante singular, por vezes, parecendo caótica.

O verdadeiro objetivo dos Estados Unidos não é propriamente atingir o Irã, país irrelevante na competição global com Washington, mas, sim, a China, a única que pode ameaçar a hegemonia estadunidense. A abordagem da Casa Branca é enfra-

quecer Pequim, sua rival estratégica, atacando um dos principais pontos fracos da China, sua alta dependência de hidrocarbonetos.

Importando diariamente cerca de 11,6 milhões de barris de petróleo em 2025, o que lhes confere a primeira posição mundial nesse quesito, os chineses suprem suas necessidades por intermédio de vários fornecedores, havendo três em particular, que lhes permitem descontos especiais e pagamentos em yuan: a Venezuela, já neutralizada, o Irã e a Rússia.

A forma de comercialização desse produto pelos três países vem permitindo driblar o acordo firmado em meados da década de 1970 pelos Estados Unidos, quando a ancoragem do dólar, que até 1971 era lastreada no ouro, passou a ser feita por meio da comercialização do petróleo – os chamados petrodólares –, viabilizando a contínua hegemonia financeira estadunidense.

Embora a tentativa de romper ou burlar a exclusividade do uso da moeda norte-americana para transações envolvendo petróleo não seja uma novidade – tendo sido, em parte, a razão da deposição de Muammar Kadafi na Líbia e de Saddam Hussein no Iraque –, essa empreitada nunca foi realizada de maneira coordenada como aparentemente está sendo feito pela China no contexto da atual competição acirrada.

A derrubada de Nicolás Maduro na Venezuela sem que se objetivasse remover as lideranças do regime venezuelano e democratizar o país, bem como as tentativas de aproximação com Vladimir Putin desconsiderando os legítimos interesses da Ucrânia, evidenciam uma estratégia muito bem formulada por Washington: a defesa da hegemonia geral estadunidense e financeira do dólar, como moeda de referência internacional, cuja participação nas reservas internacionais estava em 57%, em 2025 – comparativamente, em 2000, era de 71%.

Nesse sentido, o controle do Irã é estratégico. Além de impedir a venda de petróleo barato em yuan para Pequim, interrompe-se a Rota da Seda, atrapalhando os propósitos chineses de expansão comercial. Portanto, o plano de Donald Trump e de sua equipe de conselheiros vai muito além do *reset* comercial – e da reindustrialização dos EUA – por meio da imposição de tarifas. O que a Casa Branca almeja é reposicionar o país em uma nova realidade global tripolar (EUA, China e Rússia), com forte inclinação para tetrapolaridade (com a inclusão da Índia). A Europa, que até poderia ser um quinto polo, encontra-se enfraquecida, sendo completamente desconsiderada por Trump nesta equação.

Exatamente como aconteceu com a Venezuela, os EUA também preferiam uma solução negociada com o Irã. Diante da resistência de Caracas, Washington deflagrou a ação que, no início de janeiro de 2026, captou e retirou Maduro do poder, passando a negociar com as demais lideranças do regime.

Um método bastante semelhante foi utilizado no episódio do Irã. A cessação da Guerra dos Doze Dias contra a vontade de Tel Aviv partiu do princípio de que seria possível negociar, nos termos firmados por Washington, com Teerã, em troca da manutenção do regime. Como isso se mostrou impraticável, a neutralização das principais autoridades políticas e militares da república islâmica

passou a ser quase que uma condição para viabilizar a interrupção do suprimento de petróleo para a China – que, em essência, é o escopo central dos EUA – e para destruir a força ofensiva (de mísseis balísticos e hipersônicos, por exemplo) e a capacidade bélico-nuclear dos iranianos. Para tanto, a Casa Branca, em uma convergência de interesses, se valeu indiretamente do poderio bélico de Israel em seu benefício, e não o oposto, como alguns argumentam.

De um modo geral, a desistência norte-americana de prosseguir nas conversações que estavam sendo levadas a cabo com o regime dos aiatolás tem pelo menos cinco explicações: Washington concluiu que Teerã apenas desejava ganhar tempo; que o iminente fornecimento de sofisticados mísseis antinavios chineses aos iranianos reduziria, ou até mesmo neutralizaria, a efetividade das forças navais norte-americanas; que a proximidade da entrega dos caças Sukhoi Su-35 Super Flanker e sistemas adicionais e mais sofisticados de defesa aérea e contra interferência eletrônica poderia prejudicar uma ofensiva estadunidense; que o Irã, de uma maneira intensa, estava elevando seus estoques balísticos – sua cadência de fabricação era de 100 unidades por mês; que determinadas fontes, inclusive a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), estimam que o regime iraniano – que já enriquece urânio a 60%, percentual muito próximo ao mínimo necessário para se fabricar um artefato atômico – possua um estoque de urânio entre 400 e 600 kg, que não foi destruído pela “Operação Midnight Hammer”, suficiente para a construção de algo entre 10 e 15 ogivas nucleares.

Outro fator que acelerou o início do conflito foi o desdobramento, por parte de Teerã, do míssil hipersônico Fattah-2. De forma diferenciada dos artefatos balísticos tradicionais, que possuem trajetória parabólica, o Fattah-2 é capaz de fazer manobras evasivas em velocidades próximas de Mach 5, por meio de seu veículo de planeio – que forma o conhecido rastro de “cauda de dragão” –, tornando-o ainda mais difícil de ser interceptado pelos sistemas antibalísticos atuais.

Costuma-se dizer que “nada é mais caro do que uma oportunidade perdida”. Levando a frase ao pé da letra, os Estados Unidos identificaram com precisão o *timing* para a denominada “Operação Fúria Épica”: a manhã do dia 28 de fevereiro de 2026, um sábado, quando os conceituadíssimos aparatos de inteligência de Washington e Tel Av constataram que a cúpula iraniana estava reunida em um mesmo lugar em Teerã.

A grande conclusão a que se chega é que o poderio militar, econômico e financeiro estadunidense ainda persiste praticamente sem contraponto. E, assim, em menos de uma hora, mais uma vez, uma pequena fração do imenso poder militar dos Estados Unidos foi demonstrada sem que houvesse qualquer chance de resposta por parte do Irã. Trump, que, de Mar-a-Lago, acompanhava o desenrolar dos ataques, parece estar radiante com o êxito da missão. Mas ele sabe que o sucesso de sua política externa se subordina quase que exclusivamente ao apoio popular dos norte-americanos e sobretudo congressional, o “calcanhar de Aquiles” que seus rivais China e Rússia, duas autocracias, não possuem.

# Os Aviões Líbios no Brasil

Venancio Grossi

Maj Brig Ar  
venancio.grossi@gmail.com



Corria o ano de 1983 e eu servia no Departamento de Aviação Civil no Subdepartamento de Planejamento, chefiando a Divisão de Planejamento (PL-2), que era a responsável pelo controle das linhas aéreas nacionais, internacionais de voos comerciais, regulares e não regulares, e de táxi aéreo.

Em uma terça-feira, dia 12 de abril, a minha Divisão recebe um “Telex” encaminhado pelo chefe do Subdepartamento, Brig Ar Waldir Fonseca, determinando que a Divisão atendesse ao documento em questão, enviado pelo chefe do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores, que solicitava o obséquio de autorizar os sobrevoos e o pouso das seguintes aeronaves: três ILYUSHIN-76 da Libyan Arab Airlines e um C-130 da Jamahiriyah Airlines.

Preparei um Telex de resposta ao pedido do Itamaraty, que foi assinado pelo Brig Waldir, por ordem do Ten Brig Luis Felipe, Diretor do DAC, onde constava que o pedido fora concedido em caráter excepcional, e, mesmo desconhecendo o destino, era importante que fossem informados a rota, a carga transportada e o aeroporto de pouso técnico no Brasil, e pedia que solicitasse à Embaixada da Líbia para proceder de acordo com as regras internacionais da Convenção de Chicago para futuros pedidos.

A solicitação do DAC, feita à Embaixada da Líbia, por intermédio do Itamaraty, surtiu o efeito desejado, pois três dias depois recebemos um comunicado no qual os líbios nos informavam de que o destino seria Managua, e que pretendiam fazer o pouso técnico no aeroporto de Natal, no Rio Grande do Norte, vindo da Ilha do Sal.

O DAC, em resposta ao Telex da Embaixada Líbia, informa aos líbios e ao Departamento Econômico do MRE que os pousos técnicos das quatro aeronaves foram autorizados, não para Natal, mas, sim, para Recife, por ter um aeroporto internacional de entrada em território nacional.

Apesar de ter sido pedido que as autoridades líbias informassem a carga, eles não o fizeram, o que causou estranheza para nós, na PL-2, motivando um pedido meu ao chefe do 2º Serviço Regional de Aviação Civil (SERA-2), em Recife, para que verificasse que tipo de carga eles estavam transportando. Isto foi feito, e ficou constatado que eram vários tipos de armamentos.

Comuniquei o fato ao chefe do SPL, Brig Waldir, que levou o fato às autoridades superiores. Enquanto isso, as aeronaves decolaram para Managua, dando prosseguimento à viagem. Entretanto, um pouco antes de sobrevoarem o Amazonas, o DAC recebeu um Telex do Comando da Força Aérea da Colômbia, que informava que o Ministério da Defesa da Colômbia proibia que as aeronaves líbias sobrevoassem o território colombiano por motivo da natureza e do destino da carga transportada, o que obrigou, em consequência, que as aeronaves pousassem em Manaus.

Com a permanência delas no aeroporto de Ponta Pelada, em Manaus, foi possível esclarecer alguns pontos, como ter conhecimento real da carga transportada, pois o Comandante

da operação, um coronel da Força Aérea da Líbia, entregou um manifesto de carga onde detalhava todo o material transportado.

O DAC, por meio do SERAC-1, em Manaus, sugeriu ao Cel Líbio que retornasse ao seu país pela mesma rota por onde tinham vindo, mas ele não aceitou, deixando que esta decisão fosse tomada pela sua embaixada, em Brasília.

Enquanto a solução sobre o voo não era resolvida, nós, no DAC, apenas acompanhávamos a situação, pois o mesmo tinha saído da área de aviação civil e passado para a área diplomática, porém uma coisa ainda nos deixava perplexos, que era como o Ministério da Defesa da Colômbia sabia da natureza da carga, pois nem nós tínhamos um conhecimento completo do que era transportado. A resposta veio em um artigo da *Folha de São Paulo*, de 09 de junho de 1983, onde o articulista Tarso de Castro escreve que a detenção dos aviões líbios que transportavam armas à Nicarágua foi uma interferência direta do então Embaixador dos Estados Unidos, após “ter feito uma visita de cortesia às autoridades brasileiras, às seis horas da manhã”.

Essa interferência indevida de um governo estrangeiro em uma situação puramente administrativa e que estava sendo resolvida pelo órgão do governo responsável, pelos assuntos de transporte aéreo, transformou-se em um caso diplomático entre o Brasil e a Líbia, com visíveis prejuízos para o nosso governo, que na época tinha boas relações comerciais com os líbios.

### Relação dos itens retirados da aeronave C-130 da Líbia pousada em Manaus

ITEM	QUANTIDADE	DISCRIMINAÇÃO
01	103 caixas	OBUS calibre 107mm, DL-2 8/19 – 2/15, 44-82-380, um rojão por caixa (fabricação: URSS)
02	123 caixas	Foguetes C5M, calibre 2 polegadas, com oito foguetes por caixa (fabricação: URSS)
03	01 caixa	Cartucho calibre 7,62mm, com 880 unidades por caixa (fabricação: URSS)
04	36 caixas	Foguete anticarro calibre 120mm, modelo 9M14MK, guiado por controle remoto (possivelmente filo guiado). Carga cônica, com espoletagem, provavelmente elétrica (piezo elétrico), uma unidade por caixa (fabricação: URSS)
05	01 unidade	Conjunto de quatro garrafas de nitrogênio gasoso, possivelmente para pressurização de sistemas que usam nitrogênio (fabricação: Tchéca)
06	01 unidade	Conjunto de quatro garrafas de oxigênio gasoso, possivelmente para pressurização do sistema de oxigênio do avião (fabricação: Tchéca)



*Na foto, fazendo um planejamento de missão antes do voo, são todos capitães, menos eu, Ten Cel. De frente, da esquerda para a direita: Cap Av Candez, hoje Maj Brig Ar Ref, Cap Av Lebeis, hoje Brig Ar Ref; Cap Av Kersul, hoje Maj Brig Ar Ref, de costas, o Cap Av Kirke, hoje Cel Av Ref, e eu, Cel Av Ref.*

# Pensamento Aeronáutico

## a liderança e a operacionalidade de uma Força Aérea... impactos – visões e reflexões filosóficas

Luiz Fernando Póvoas da Silva

Cel Av

lfspovoas@gmail.com

**E**ste artigo integra o projeto Pensamento Aeronáutico, visa apresentar e discutir conceitos e teorias filosóficas sobre a política e o emprego do poder aeroespacial (PAepc) brasileiro, utilizando a abordagem exploratória hipotético-dedutiva.

Ao utilizar o exploratório hipotético-dedutivo, a visão e a reflexão filosófica permitem que sejam levantadas e analisadas questões do problema que envolveram as modificações implementadas na estrutura organizacional e operacional, seus impactos na liderança e na operacionalidade da Força, sem correr o risco da obrigatoriedade de propor qualquer tipo de solução, pelo contrário.

Dentre as questões do problema, a que mais preocupa é: estaria a Força Aérea Brasileira (FAB), após os acontecimentos de

2002 e de 08 de janeiro de 2023, com capacidade de liderança e operacionalidade suficiente para enfrentar os desafios de defender a Pátria e garantir a sua soberania interna e externa, contra as ameaças existentes no seu entorno estratégico geopolítico, como são apresentadas nas suas mais diversas formas do cenário híbrido em um ambiente de multidomínio?

“Visão filosófica de soberania

*É a capacidade de uma nação de fazer respeitar a vontade de seu povo nos campos social, político, econômico, militar etc., tanto no âmbito externo como no interno.”*

Pensando em liderança e operacionalidade, e ligados a essas questões, poderiam ser pesquisados outros constructos como a formação profissional dos oficiais da Força como identificadores e consolidadores de líderes.

Uma possível escola de líderes na formação de lideranças e a evolução da estrutura operacional da FAB com seus comandos operacionais, enfim, fatores que poderiam impactar nas ações de liderança e na operacionalidade dos atuais oficiais generais aviadores guerreiros.

A aviação de caça foi privilegiada neste artigo, em sua pesquisa, devido à formação e à carreira do autor, por ele ter servido durante toda a sua vida profissional em unidades de caça e comandos, e órgãos ligados à defesa aeroespacial.

É importante lembrar que o Brasil, no seu entorno estratégico, na América do Sul, vive geopoliticamente em um cenário de guerra híbrida em ambiente de multidomínio com uma concepção de negação de acesso e área (*A2/AD – antiaccess area/area denial*), sofrendo, ainda, os problemas e os efeitos da guerra híbrida na manutenção da soberania interna com os desafios impostos pelo narcoestado, o *lawfare*, bem como *cyber attacks* e uma série de ações decorrentes.

Adquirir e manter inteligência operacional nesses cenários e ambientes é vital para a sobrevivência e a manutenção de um sistema capaz de empregar poder militar, com inteligência, antecipação e flexibilidade.

### **A formação profissional – o líder aviador guerreiro**

Em 2003, foram definidos pelo então Comando da Aeronáutica, na UNIFA (Universidade da Força Aérea), um Programa de Pós-Graduação profissional, e, na AFA (Academia da Força Aérea), um curso de MBA em administração para todos os cadetes.

Esse último teria como objetivo dar maior conhecimento de gestão e administração aos cadetes. Contudo, essa mudança imposta, pode-se dizer estrutural, não obteve, segundo pesquisas realizadas, o resultado esperado no Curso de Oficiais Aviadores, pelo contrário, acabou comprometendo a formação de liderança e conhecimento técnico-operacional desses cadetes, com a perda de milhares de tempos técnicos de conteúdo operacional e acréscimo de carga horária desnecessária, extra e desgastante.

Segundo Godoy,<sup>1</sup> (2004), essa posição do Comando da Aeronáutica leva a um questionamento importante: por que um curso de administração? O que levou a FAB a definir não privilegiar o perfil de liderança dos seus oficiais, mudando o seu eixo de formação da área técnico-operacional para o de gestão? Que parâmetros políticos fundamentaram essa decisão?

Ainda segundo Godoy (2004),

(...) notadamente os oficiais aviadores da FAB deveriam receber maior e melhor preparo acadêmico técnico-operacional, pois são a liderança da Força, seus futuros comandantes.

(...) escolas civis podem ensinar gestão, políticas públicas e outras coisas semelhantes e, o fazem bem. Somente escolas militares podem especializar-se na arte da guerra e, mais especificamente, no nosso caso na arte da guerra aérea, conquista e manutenção da soberania no espaço aéreo brasileiro.

Concluindo seu trabalho de pesquisa, Godoy (2004) diz:

(...) que uma maior carga curricular voltada a gestão, em uma profissão primordialmente que tem sua razão de ser a defesa da pátria e da sua soberania, tanto interna como externa, acaba possibilitando o surgimento de uma apatia entre os jovens cadetes, que, ao escolherem serem líderes guerreiros e não administradores, (sic) deparam-se com uma estrutura acadêmica ligada a gestão.

O jovem que passou quatro anos na Academia Militar da Força Aérea e quer ser um líder guerreiro, como disse Godoy, não fez, simplesmente, uma opção, mas está em busca de algo muito maior, de um ideal, um desafio de vida toda.

Hoje, tem-se notícia por pesquisa realizada na própria AFA de que os cadetes aviadores preferem a aviação de transporte à aviação de caça.

Sendo assim, pode-se concluir que, no referente à formação de líderes, a formação profissional na EPCAR (Escola Preparatória de Cadetes do Ar) e na AFA não deveria ser considerada para liderança, como amostragem válida.

Já o CPROE (Curso de Preparação de Oficiais de Esqd Ae), o CAP (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) e o Estado-Maior (ECEMAR) poderiam ser considerados como cursos identificadores de líderes, sendo o CPEA um curso consolidador de líderes.

### **A formação operacional e a liderança – a Aviação de Caça – a Escola de Líderes Guerreiros**

*“A aviação de caça como a escola de líderes aviadores guerreiros  
Uma leitura da liderança na FAB com uma visão filosófica,  
permite conceituar que a aviação de caça tem como seu verdadeiro objeto ser uma escola de líderes aviadores guerreiros.”*

A aviação de caça tem especificidades nas suas capacidades de cumprir operações aéreas, como conquista e domínio do espaço aéreo por meio do combate aéreo, da patrulha aérea de combate, interceptação e escolta; o alcance lhe proporciona atacar qualquer objetivo, seja tático ou estratégico, em qualquer local com grande letalidade e quase nenhum efeito colateral; o combate eletrônico de suprimir ou destruir (SEAD/DEAD) obje-

<sup>1</sup> Profa. Dra. Tânia Regina Pires de Godoy – docente em história militar na Academia da Força Aérea – AFA.

tivos por meio de interferência eletrônica e emprego de mísseis antirradar, usando ainda sua capacidade furtiva, invisível perante a detecção de radar embarcado ou de solo – tudo isso voando em aeronaves *monoplace* de alta *performance* caríssimas.

Para tanto, a FAB só consegue cumprir essas missões porque usa pilotos de caça cada vez mais treinados (simuladores de voo e treinamento em voo) e capacitados física e mentalmente, com custos elevados (de 4 a 6 milhões de dólares) para sua formação e manutenção operacional, os líderes aviadores guerreiros.

Interessante, a formação mínima de aeronaves para cumprimento de missão é o elemento (duas aeronaves), apoio mútuo. Logo, o piloto de caça está sempre interagindo como líder.

É importante pontuar que outras aviações, como a patrulha marítima, o transporte aéreo, de tropa e logístico, as asas rotativas, o SAR (*Search and Rescue* – Busca e Salvamento) possuem conceitos e critérios correspondentes, e seus pilotos atingem padrões de liderança semelhantes, sem contar aqueles que apresentam características de líderes natos.

A seleção inicial do piloto é feita na AFA, que escolhe os mais aptos para fazerem o curso de caça, realizado no 2/5 GAV Esquadrão Joker.

Então, são designados para os esquadrões operacionais, onde fazem os cursos de liderança de caça (ala de caça, líder de Esqda, ADPL – Air Defense Package Leader, SPL – Strike Package Leader, e MC – Mission Commander), o SPFO (Subprograma de Formação Operacional) da aeronave e, anualmente, cumprem o SPMO (Subprograma de Manutenção Operacional) da aeronave.

Caso não obtenham proficiência mínima estabelecida nos cursos e nos subprogramas, os pilotos são eliminados do Esqd e transferidos para outra aviação ou atividade.

## Impactos e vulnerabilidades

Os esquadrões de caça são os responsáveis pelo estabelecimento da doutrina de emprego operacional do equipamento (aeronave) que empregam no cumprimento da missão estabelecida pelo comando operacional.

Aliás, de quantos pilotos necessitamos por aeronave para que se cumpram as missões operacionais atribuídas, bem como assumir todas as responsabilidades de formação e manutenção operacional dos pilotos?

É importante que muitas das equipagens sejam de majores e capitães, pois existe uma responsabilidade no referente à instrução aérea e ao exemplo a ser dado aos pilotos mais jovens não só sobre o sentimento do dever cumprido com a pátria, como ao desenvolvimento de atitudes e comportamentos de liderança ligados a coragem moral e ética.

Desenvolver com vibração um pensamento crítico válido por meio do conhecimento e sabedoria com uma visão clara dos fatos, possibilitando raciocinar com clareza e precisão, aquisição de maturidade profissional e operacional.

Essas equipagens de combate devem seguir programas físicos 9G especiais para que possam operar suas aeronaves nos limites possíveis de combate aéreo, assim como dietas ricas em certos componentes.

Quanto à valorização do homem, podem-se visualizar dois segmentos: um pessoal, por meio de uma remuneração de mercado, vantagens trabalhistas e outras, coisas quase impossíveis na legislação militar, mas no mínimo poderia ser implementado um plano de carreira com interstícios normais, soldo compatível e um segmento de apoio familiar.

Sendo assim, pode-se pontuar que o plano de carreira do caçador, a aviação de caça, não se apresenta como a “cereja do bolo” para um jovem guerreiro aviador, possuindo muitas condicionantes e exigências, fato que não passa despercebido para os oficiais recém-formados na AFA.

Voltando aos pilotos, permanecem, normalmente, por cinco ou mais anos, voando A-29, devido à pouca oferta de vagas nas unidades de primeira linha (F-5M), tornando-se equipagens antigas sem nenhuma experiência em aeronaves performantes, quando então são selecionados, somente cinco pilotos de cada turma.

Dificuldades e desafios agravados pelo tempo de promoção, interstícios talvez demasiado longos aplicados atualmente para cada posto, nove anos como tenente, sete anos como capitão, o mesmo tempo como major e tenente-coronel, levando-se em consideração aqueles aplicados até o final do século passado (cinco anos como tenente, cinco como capitão, cinco como major e os mesmos cinco como tenente-coronel), uma diferença de dez anos.

Trenta anos até atingirem o posto de coronel. Na faixa de majores entre 37 e 44 anos de idade, já na faixa de tenentes-coronéis entre 44 e 51 anos, equipagens de combate muito antigas, possibilitando um baixo rendimento operacional, no referente ao entusiasmo e à vibração profissional e operacional.

O desgaste físico e mental é muito grande, daí a necessidade de pilotos mais jovens e em postos-chaves como majores e tenentes-coronéis, pois nossos líderes guerreiros encontram-se nesses postos e representam a locomotiva empreendedora de qualquer força aérea.

A existência de um certo número de majores nas UAe é de suma importância, para que os programas relativos à atividade aérea sejam cumpridos.

Durante muitos anos, havia uma motivação para que os pilotos de caça fossem para o COpM (Centro de Operações Militares dos CINDACTA). Eles continuavam concorrendo ao voo nas unidades de caça, possibilitando uma maior integração piloto/controlador para realizar a missão de combate com GCI (*ground control interception*). Ultimamente, mesmo com a existência do 2/6 GAV – Esquadrão Guardiã, operando a aeronave AEW isso não é mais praticado.

Atualmente, foram determinados 35 anos pelo MD, tempo de atividade mínima para aposentadoria, ida para reserva remunerada. Uma política de governo que pensa exclusivamente na economia de recursos previdenciários, deixando de privilegiar o

emprego do Poder Aeroespacial Brasileiro no cumprimento da sua missão, comprometendo a soberania do espaço aéreo da nação, no entorno estratégico geopolítico.

A função dos *Warriors Scholars*,<sup>2</sup> escolhidos pela ECEMAR, seria a de estabelecer o Pensamento Estratégico do PAepc. Majores e tenentes-coronéis são postos-chaves, pois são nossos líderes guerreiros operacionais empreendedores.

“Ao chefe não cabe ter medo das ideias, nem mesmo das ideias novas. É preciso, isso, sim, não perder tempo, implantá-las e realizá-las até o fim.”  
Mal Castello Branco – CHEM do EB,  
expressando o espírito do EB

São os *Warriors Scholars* responsáveis pelas mudanças operacionais na política e na estratégia de emprego do PAepc, pois são os grandes empreendedores da Força Aérea, desde que na faixa de idade e com o conhecimento e as experiências operacionais desejáveis, normalmente retidos na ECEMAR por mais um ano.

### Estrutura operacional – os comandos operacionais e os brigadesiros aviadores guerreiros

“Ao brigadesiro aviador guerreiro  
*Ser militar... nos exige todas as horas da vida, ... nos impondo também nossos destinos. A farda não é uma veste que se despe..., mas uma outra pele, que adere à própria alma, irreversivelmente para sempre!*”  
Gen Div Otávio Pereira da Costa (1920-2021)

A partir de 1994, uma política da força transformou os comandos operacionais em forças aéreas, transformando comandos de maiores-brigadesiros em forças aéreas comandos de brigadesiros.

No século XXI, na sua segunda década, foi realizada uma reestruturação importante na gestão e no comando do segmento operacional da força. O COMGAR e seus comandos, inclusive as unidades aéreas, foram suprimidos, bem como o COMDABRA, órgão central do SISDABRA (Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro).

Criaram-se, então, dois ODS (órgãos de direção setorial): o COMPREP (Comando de Preparo) e o COMAE (Comando de Operações Aeroespaciais).

O COMPREP, responsável pelo preparo das equipagens de combate e estabelecimento da doutrina, no referente à política e à estratégia de emprego do PAepc (Poder Aeroespacial), manteve sob subordinação todo o segmento operacional da Força Aérea.

O COMAE foi criado como comando operacional, sendo ainda o órgão central do SISDABRA, responsável pelo controle do espaço aéreo brasileiro, e cumpre a missão de policiamento do espaço, desde o tempo de paz. Para tanto possui um Estado-Maior Conjunto de Defesa e um centro conjunto de operações aeroespaciais (CCOA),

dentre outros. Utiliza como meios aéreos os elos permanentes do SISDABRA, unidades aéreas de defesa aérea e AEW, o E99 AEW&C.

Segundo Kotter (2013), os ambientes organizacionais com a cultura do bom gestor e, baseado na disciplina e na hierarquia, impedem a retenção dos verdadeiros líderes, aqueles capazes de enfrentar **adaptações** às mudanças exigidas pelos conflitos e cenários atuais.

Não é uma era de mudanças, mas, sim, uma mudança de Era. Para Karnal (2022), o líder deve ter a habilidade de desaprender e reaprender (*learnability*) – ADAPTAR-SE. Saber questionar, ser protagonista nas ações, ter autonomia e usar a criatividade.

O mundo VUCA<sup>3</sup> (*volatility, uncertainty, complexity and ambiguity*) tornou-se BANI<sup>4</sup> (*brittle, anxious, nonlinear and incomprehensible*). Os cenários complexos e voláteis (VUCA/BANI) dificultam o papel das elites militares, acostumadas com a hierarquia, a disciplina e a gestão.

Tanto para o líder aviador guerreiro como para o brigadesiro guerreiro o tempo em **segundos** é a diferença entre o sucesso e a falha no campo de batalha, sua sobrevivência em combate e a tomada de decisão adequada, correspondentemente.

Ao se “engavetar” no COMPREP os comandos operacionais e UAe, em uma verticalização estrutural, eles perderam a sua identidade operacional de decidir, restando, então, apenas o COMAE como grande comando operacional, mas com um detalhe importante, o de não possuir qualquer comando ou UAe subordinada.

A estrutura organizacional/operacional da FAB assim estabelecida contemplaria praticamente e tão somente órgãos, comandos e organizações ligadas à gestão, sendo assim nada impediu que fosse desenvolvido pela Força e suas elites um pensamento do mérito fundamentado em hierarquia, disciplina e gestão, desprezando a liderança e todos os seus atributos, essencial para cumprimento da missão operacional da FAB.

Poder-se-ia concluir que as modificações impostas, incluindo o termo integração nos seus objetivos, que não tem nenhuma ligação com a missão de uma força aérea, não acabaram com a aviação de combate, porque ela representa o destino manifesto da Força.

Entretanto, desidratou a cultura da liderança e interrompeu o plano de carreira de brigadesiros líderes guerreiros de assumirem comandos operacionais.

Uma reflexão filosófica: poderia ser consequência desses fatos a ausência de atitudes que denotem liderança, a existência de um silêncio, clientelismo e conflito de interesses, legados da colonização portuguesa, possibilitando ainda a prática da conveniência dos atos em detrimento da missão da força e a soberania da pátria?

Sendo incomum que tudo isso possa estar acontecendo a um grupo social que sempre demonstrou integridade e agressividade, atributos de uma força aérea.

<sup>2</sup> *Warriors scholars* corresponde a guerreiros pensadores.

<sup>3</sup> VUCA – volátil, incerto, complexo e ambíguo.

<sup>4</sup> BANI – frágil, ansioso, não linear e incompreensível.

# A GLORIOSA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA (IV)

Manoel Soriano Neto

Cel Inf

[msorianoneto@hotmail.com](mailto:msorianoneto@hotmail.com)



O Brasil participou, apesar de forma modesta, da Primeira Guerra Mundial (“A Grande Guerra”), que não trouxe expressivos ensinamentos para as milenares Arte e Ciência da Guerra. Conspícuos historiadores ressaltam, entretanto, o estoicismo e a bravura (a “*incredible bravery*”) dos combatentes que suportaram as trágicas vicissitudes de um conflito global que se supunha ser o último deles. O assunto já foi muito bem analisado por renomados exegetas como o professor Ivan Rodrigues de Faria (*Revista do Exército Brasileiro*, v. 133, 3º trimestre de 1996) e pelo Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis, no seu excelente livro de memorabilia, *O Brasil na I Guerra Mundial – o Centenário da Grande Guerra* (Klassika, Cultura Histórica, 2014).

Após 21 anos do término da Primeira Guerra Mundial, eclodiu uma outra, de dimensões totais e globais, bem mais ampla e cruenta. E o Brasil teve de se envolver na nova guerra, em face de torpedeamentos de navios mercantes nacionais, por submarinos alemães.

No entreguerras, a partir de 1919, atuou junto ao Exército Brasileiro, até 1939, uma Missão Militar Francesa (relembremos que a França foi uma das nações vitoriosas da Primeira Guerra Mundial), a qual nos trouxe inúmeros benefícios, particularmente quanto a novos métodos de ensino castrense. Tal missão, no entanto, não teve ingerência na Escola Militar do Realengo nem na Escola de Formação de Sargentos. Em Realengo, foi instituída a “Missão Indígena”, ou, como o nome indica, “natural da terra”, autóctone, nacionalista, a fim de se diferenciar da mencionada Missão Francesa (os oficiais prestavam concurso para terem a honra de integrar os quadros da dita missão).

Outra vez, como já explicado, os torpedeamentos de navios mercantes, que quase inviabilizaram a cabotagem nacional, foi o *primus inter pares* para o Brasil declarar guerra, inicialmente contra a Alemanha e a Itália. Campanhas difamatórias contra o país e os brasileiros foram desencadeadas, máxime nos estados do sul, onde havia focos (quistos) de nazifascismo nas populações de origem alemã e italiana. O nosso governo foi sábio ao criar, mesmo antes da guerra, unidades do Exército nas cidades sulinas de colonização alemã e italiana, com vistas à integração nacional (até hoje essas organizações militares lá se encontram).

Na Itália, os alemães e os fascistas tentaram, por meio da propaganda, influenciar psicologicamente a nossa tropa. Consta que diziam de nós: “Ou são bravos ou são loucos; como não podem ser bravos só podem ser loucos” (o que não deixa de ser um superlativo elogio para os nossos soldados!). Aliás, em uma breve recorrência histórica, anote-se que, na Guerra do Paraguai, também a propaganda adversa foi muito empregada. Os paraguaios distribuíam o jornal *Cabichui* (que em guarani quer dizer “vespa negra”), com acerbas críticas ao Imperador Dom Pedro II, aos comandantes militares e aos soldados brasileiros, sempre explorando o viés racial (éramos tachados de “macaquitos”) pela existência de negros em nosso Exército (ver publicação, farta-

mente ilustrada, com 94 exemplares, do *Cabichui* – Periódico de la Guerra de la Triple Alianza, Edición Museo del Barro, Asunción, 1984). A propósito, na Itália, circulava o nosso jornalzinho *Zé Carioca*, na inspiração do “Joe Carioca” de Walt Disney...

Em 1944, duas preocupações fundamentais avultaram: 1) a defesa do território pátrio, em especial do estratégico “saliente nordestino” (denominado “Trampolim da Vitória”) por causa das tropas alemãs no norte da África; e também de nossas ilhas oceânicas, por meio de bases aeronavais. Natal era a segunda maior base aérea do mundo, somente inferior à de Nova Iorque; e 2) a organização da 1ª DIE (Divisão de Infantaria Expedicionária), à base de três Regimentos de Infantaria, após a declaração do “estado de beligerância” ou “de guerra” contra a Alemanha e a Itália.

O recrutamento em todos os estados da Federação foi extremamente difícil, como nos deixou narrado em importante livro o ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra (por ilustração, afirme-se que tal recrutamento foi muito mais civilizado do que o ocorrido, por imperiosa necessidade, quando da Guerra do Paraguai – muitas vezes “a pau e corda”).

As Forças Armadas brasileiras dispunham de um efetivo de 60 mil homens e não teriam, desafortunadamente, capacidade de constituir um Corpo de Exército (três divisões com cerca de 70 mil homens), como de início estabelecido. A formação da 1ª DIE foi, à época, contundentemente criticada. É que, ao invés de se aproveitar, por exemplo, uma Divisão já existente no Rio de Janeiro, convocaram-se tropas de Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e do próprio Rio de Janeiro, o que assaz dificultou uma melhor preparação que foi realizada na Vila Militar do Distrito Federal (RJ), onde se deu a concentração geral. As outras duas Divisões seriam formadas, posteriormente, no Nordeste e no Sul. Entretanto, essa decisão aparentemente errada propiciou que a Força Expedicionária Brasileira (FEB) fosse representada por gente de todos os rincões do Brasil (patricios de diversas classes sociais, religiões, profissões e níveis culturais, com as suas virtudes, os seus defeitos, os seus sotaques e as suas idiossincrasias). Tal conduta foi primacial para uma maior união, melhor dizendo, coesão dos brasileiros, pelo que se pode afirmar que os nossos expedicionários foram o “verdadeiro índice do povo brasileiro”...

A tropa brasileira, a única da América do Sul a participar da guerra, ao chegar à Itália, foi incorporada ao IV Corpo de Exército, do V Exército dos EUA, este ao comando do famoso general Mark Clark. O V Exército encontrava-se desfalcado, eis que dois Corpos de Exército franceses foram transferidos para o seu país, após o desembarque aliado na Normandia (“Dia D”, 6 de junho de 1944). Em decorrência dessa crítica situação, o “Destacamento FEB”, à base do 6 RI, foi logo empregado no vale do Rio Serchio (o armamento e o equipamento foram entregues à véspera da entrada em combate). Era a vanguarda da 1ª DIE que daria início a uma memorável arrancada rumo à “Vitória Final” no Teatro de Operações do Mediterrâneo. Impende lembrar que a expressão “Força Expedicionária Brasileira” só seria adotada em julho de 1945, após o retorno dos expedicionários.

# Análise Filosófica entre os Estados Unidos e o Brasil

Antonio Carlos Siqueira

Engenheiro

asiqueira700@hotmail.com



**A**s comparações entre os Estados Unidos e o Brasil ocorrem constantemente em praticamente todos os níveis e meios: no cinema, nos esportes, nas ciências, na economia, na agricultura e em um sem número de atividades humanas. As duas nações apresentam perfis semelhantes em diversos aspectos estruturais. Ambas possuem cerca de 500 anos de história, foram formadas majoritariamente por imigrantes europeus, tiveram de lidar com a escravidão, conviveram com populações nativas portadoras de culturas próprias, foram colônias de potências europeias – Portugal, no caso brasileiro, e Inglaterra, no caso norte-americano – e, posteriormente, conquistaram sua independência. Dispõem de vastos territórios, abundantes recursos naturais e hídricos, forte concentração urbana em grandes cidades, entre muitas outras semelhanças.

Durante um longo período, seus processos de desenvolvimento caminharam de forma relativamente paralela. Contudo, a partir do início do século XX, enquanto os Estados Unidos se transformaram em uma potência mundial, o Brasil permaneceu como uma potência em desenvolvimento. São muitos os fatores que ajudam a explicar essa divergência histórica. Neste artigo, propomos analisar alguns desses fatores a partir de um eixo específico: a filosofia que permeia o pensamento social e institucional norte-americano, em contraste com aquela que molda o pensamento brasileiro.

O pensamento americano, fortemente influenciado pelo pragmatismo, exige que as coisas tenham utilidade concreta. Mas, para que algo seja útil, é necessário que possa ser medido. Para que serve? A quem atende? Como compará-lo a algo semelhante? Surge, assim, uma necessidade imperativa de criação de instrumentos de avaliação, métricas e critérios objetivos. Como já afirmava Lord Rutherford, “se não sabemos medir algo, não sabemos nada sobre isso”.

Essa correlação profunda entre filosofia e prática transformou a sociedade americana em uma produtora sistemática de melhores práticas, marcada por uma exigência permanente de desempenho e excelência. Tal postura se manifesta em praticamente todos os aspectos da cultura norte-americana contemporânea.

A lógica da mensuração e da avaliação não se restringe a setores específicos. Ela se estende de forma sistemática a praticamente todas as esferas da vida social. Todas as escolas são avaliadas e operam com metas e parâmetros previamente definidos; todos os hospitais são submetidos a indicadores de desempenho; restaurantes são classificados segundo critérios objetivos de higiene, qualidade e serviço; os meios de transporte são avaliados em termos de pontualidade, segurança e eficiência; produtores e produtos passam por testes, certificações e *rankings*. Avaliar, comparar e medir não são exceções, mas normas estruturantes do funcionamento social.

Esse fenômeno é muito anterior à atual proliferação de avaliadores ocasionais promovida pelas redes sociais. A cultura

digital apenas acelerou um processo já existente, tornando-o mais visível e mais rigoroso. O erro torna-se rapidamente identificável; o sucesso, replicável; a ineficiência, menos tolerável. A avaliação passa a funcionar como instrumento de aprendizado contínuo.

O esporte oferece um exemplo particularmente elucidativo dessa mentalidade. Na principal liga de basquete americana, tudo é mensurado. Não apenas se contabilizam pontos, mas se distingue cuidadosamente entre cestas de dois e de três pontos, atribuindo valores diferentes a decisões táticas distintas: arremessar de mais longe implica maior risco e, portanto, maior recompensa. Assistências, rebotes, eficiência defensiva, aproveitamento por zona da quadra, tempo de posse de bola – tudo é convertido em dados comparáveis. Mede-se também a audiência: quantas pessoas assistem aos jogos, quantos televisores estão ligados, quais mercados consomem mais o espetáculo. A partir dessa base estatística, constroem-se narrativas, definem-se salários, criam-se ídolos e promovem-se rivalidades.

Um exemplo ainda mais radical dessa mentalidade pragmática é o programa espacial norte-americano. Em que outro país um projeto dessa magnitude poderia ter sido concebido, estruturado e sustentado ao longo de décadas? O programa espacial dos Estados Unidos não foi apenas uma demonstração de poder tecnológico, mas a expressão máxima de uma cultura orientada por metas claras, prazos definidos, mensuração rigorosa de resultados e aprendizado sistemático a partir do erro.

Esse processo, contudo, não esteve isento de tragédias. O programa espacial custou vidas humanas, e essas perdas foram incorporadas à narrativa nacional não como motivo para paralisia, mas como parte de um processo histórico de risco calculado. Cada falha gerou relatórios, revisões de protocolos, novas normas de segurança e avanços técnicos. Trata-se de uma ética dura, por vezes brutal, mas coerente com o pragmatismo: mesmo o fracasso trágico deve produzir conhecimento aplicável.

Outro exemplo que ilustra como essa cultura permeia até o campo cultural é a própria indústria cinematográfica americana. Em uma entrevista recente, Ben Affleck e Matt Damon comentaram sobre as exigências do imediatismo em Hollywood e sua influência na qualidade das produções. Segundo eles, a pressão por lançar filmes rapidamente, atender a prazos comerciais apertados e antecipar o gosto do público acaba condicionando escolhas artísticas e técnicas. O roteiro, a direção e a pós-produção tornam-se prontos para consumo imediato, muitas vezes à custa de experimentação mais profunda ou da maturação natural do processo criativo.

Essa situação é emblemática de uma tensão constante: enquanto a cultura pragmática americana valoriza a eficiência, a mensuração e os resultados tangíveis, nem sempre esses mesmos imperativos se traduzem em excelência artística. A rapidez, os dados de audiência e as métricas de sucesso comercial criam uma pressão que molda decisivamente o processo criativo,

refletindo a mesma lógica observada no esporte, na ciência ou na engenharia: o que não é mensurado, controlado e rapidamente retornável tende a ser considerado ineficiente ou arriscado.

Como corolário dessa lógica orientada para resultados, os Estados Unidos desenvolveram o que se pode chamar de “síndrome do número um”: a valorização do pioneirismo, da liderança e da primazia. Essa mentalidade remonta à própria formação do país, especialmente ao desbravamento do chamado “Velho Oeste”. Avançar, testar limites, assumir riscos e superar o que já foi feito tornam-se valores estruturantes.

Essa busca permanente por melhores práticas é reforçada pela experiência das guerras. A mobilização de grandes contingentes humanos, armamentos e recursos impôs desafios logísticos de escala inédita. Coordenar infantaria, aviação, marinha, indústria, ciência e inteligência exigiu planejamento, padronização e avaliação constante. A guerra funcionou, assim, como um laboratório extremo do pragmatismo.

A esse quadro soma-se a forte valorização do mérito, do heroísmo e da bravura, bem como o elevado prestígio atribuído às Forças Armadas. O reconhecimento por merecimento é institucionalizado por meio de patentes, condecorações e rituais públicos. O indivíduo é celebrado, mas sempre em função de objetivos coletivos maiores. A circulação de valores militares para o mundo civil reforça padrões de liderança, disciplina, organização e foco em resultados em toda a sociedade.

Ao deslocarmos o olhar para o Brasil, o contraste torna-se evidente. Aqui, a organização social e institucional é historicamente marcada pelo patrimonialismo e por um forte culturalismo, amplamente analisados por autores como Tobias Barreto, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Roberto DaMatta.

Tobias Barreto, ainda no século XIX, já apontava a dificuldade brasileira de internalizar a norma impessoal. A lei existe, mas não se transforma em hábito social. Autores posteriores aprofundaram esse diagnóstico, mostrando como as instituições brasileiras tendem a ser atravessadas por relações pessoais, afetivas e hierárquicas informais. A pergunta que frequentemente se impõe diante de uma regra ou procedimento não é “isso funciona?”, mas algo revelador: “quem está mandando fazer isso?”.

Essa pergunta expõe um traço filosófico profundo. A legitimidade não emana da regra abstrata, mas da pessoa que a enuncia. A autoridade é personalizada; a norma, relativizada. Seguir procedimentos rígidos não é visto como virtude em si, mas como submissão a alguém. Daí a resistência cultural à padronização, à avaliação objetiva, à manutenção sistemática de registros.

É nesse contexto que se pode compreender o paradoxo brasileiro, sintetizado na máxima: “um brasileiro vale por 10 alemães; 10 alemães valem por 100 brasileiros”. A frase aponta para uma assimetria estrutural: o brasileiro demonstra talento

individual extraordinário – criatividade, improvisação, inteligência prática –, mas enfrenta enormes dificuldades quando a ação exige coordenação coletiva, respeito a regras impessoais, continuidade institucional e procedimentos rígidos.

Onde é necessário que muitos façam a mesma coisa da mesma maneira, por longos períodos, o sistema brasileiro tende a falhar. O improviso, virtude em situações pontuais, torna-se regra geral. E uma sociedade organizada pelo improviso tem dificuldades para sustentar projetos de longo prazo.

A fragilidade dos registros é particularmente reveladora. Sem registros confiáveis, não há memória institucional; sem memória, não há aprendizado sistêmico; sem aprendizado, os erros se repetem indefinidamente. Cada geração recomeça do zero, confiando mais no talento pessoal do que na acumulação coletiva de conhecimento.

Assim, a diferença entre Estados Unidos e Brasil não reside na presença ou na ausência de inteligência, criatividade ou capacidade técnica, mas na forma como cada sociedade transforma capacidades individuais em estruturas coletivas duráveis. Enquanto uma aposta na impessoalidade das regras, na mensuração e na continuidade dos procedimentos, a outra ainda oscila entre a norma e a exceção, entre o sistema e a relação.

Compreender esse contraste não é um exercício de auto-depreciação, mas um passo necessário para pensar caminhos possíveis. Nenhuma sociedade se transforma apenas exaltando suas virtudes; transforma-se, sobretudo, quando enfrenta com lucidez filosófica os limites de sua própria cultura.

Em síntese, o contraste entre Estados Unidos e Brasil não é meramente histórico ou econômico: ele se enraíza em matrizes filosóficas distintas, que moldam a forma como cada sociedade organiza suas instituições, avalia resultados, lida com o mérito e transforma talento individual em desempenho coletivo. Enquanto o pragmatismo norte-americano produz uma cultura de mensuração, eficiência, aprendizado a partir do erro e valorização do mérito, o patrimonialismo e o culturalismo brasileiros privilegiam relações pessoais, exceções, improviso e autoridade personalizada. Reconhecer essas diferenças é essencial para compreender nossos limites históricos, mas também para vislumbrar possibilidades de aprimoramento: um Brasil que combine a criatividade e o talento individuais com maior disciplina institucional, registros confiáveis e avaliação objetiva poderia transformar sua excelência pontual em potência coletiva sustentável.

P.S.: O paradoxo brasileiro – “um brasileiro vale por 10 alemães; 10 alemães valem por 100 brasileiros” – foi criado por mim durante minha atuação no setor de usinas de geração elétrica do programa nuclear brasileiro, como forma de expressar, de maneira concisa, essa tensão entre talento individual e dificuldade de coordenação coletiva.

**O CÉU SERÁ PALCO DE UMA  
HOMENAGEM HISTÓRICA**

**SHOW  
AÉREO DA  
ESQUADRILHA CEU**



**CELEBRANDO 80 ANOS DO CLUBE DE  
AERONÁUTICA**

**17 MAIO, ÀS 11H**

**CLUBE DE AERONÁUTICA BARRA**

# A BANALIDADE DO MAL JURÍDICO

Marco Aurélio Vieira

Gen Div



**Inclinamo-nos a crer que a liberdade começa onde a política termina, por termos visto a liberdade desaparecer sempre que as chamadas considerações políticas prevaleceram sobre o restante.**

**Hannah Arendt – Filósofa política e teórica alemã, refugiada nos EUA**

**O** erro judicial é uma falha técnica, encontra-se no plano da imperfeição humana, e pode ser eventualmente remediado por recursos. Um erro, onde não houve má-fé ou desvio ético, não se constitui indignidade.

Um juiz pode errar gravemente sem perder sua legitimidade moral para julgar. Mas, sim, existe “indignidade” do julgamento: acontece quando há a deslegitimação da jurisdição, e o foco do equívoco judicial sai da técnica e vai para ao campo da ética. E, sobre o ângulo da ética do ato de julgar, um julgamento é indigno quando instrumentaliza o direito para fins alheios à justiça, quando viola conscientemente garantias fundamentais, ou ainda quando reduz o réu a objeto (e não sujeito) do processo.

No caso, não se trata mais só do resultado do julgamento, mas da postura do julgador. A indignidade surge quando o juiz abandona o compromisso moral com a jurisdição e se apegando simplesmente à norma.

Mas há um aspecto em especial – dentre vários – que pode ser observado quando a intenção é prevenir uma indignidade do julgamento: a incompatibilidade para julgar. Ela prevalece na suspeição, impedimento, conflito de interesses, ou comprometimento da imparcialidade do juiz, seja psicológico, ideológico ou funcional.

A incompatibilidade para julgar reconhece algo crucial: nem todo juiz reúne condições mínimas adequadas para um específico julgamento, e que deveriam ser impedidos de julgar todos aqueles que apresentassem qualquer suspeição da sua imparcialidade.

Quando um juiz não observa sua incompatibilidade para julgar, e desconsidera aquilo que pode acarretar a indignidade de um julgamento, verifica-se o que Hannah Arendt chamou de “banalidade do mal”, ou normalização da injustiça. Isso acontece quando o juiz simplesmente se refugia no “cumprir a lei”, confundindo legalidade com legitimidade, transformado o processo em um procedimento automático, sem reflexão ética, negligenciando a pessoa ou as circunstâncias dos fatos.

É quando o direito deixa de ser justiça e vira administração do mal com linguagem e respaldo jurídicos. Segundo Arendt, a “banalidade do mal” não é própria de monstros, mas, sim, de pessoas comuns, que apenas – inconsequentemente ou por interesse próprio – suspendem o juízo moral, e passam a agir por rotina, obediência ou mero formalismo, escudando-se em regras burocráticas expressas em linguagem técnica. O mal aí pode não nascer do ódio, ou da intenção de vingança, mas decorre da privação do pensamento crítico, assim como da ausência de compromisso ético, ou de responsabilidade moral.

Mas, se a indignidade de um julgamento depende da ética e do caráter de um juiz, a “indignidade para o oficialato” é um conceito ético-jurídico, previsto na Constituição Federal, assim como no Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880/1980). Essa indignidade fundamenta-se na perda das condições morais e funcionais

do oficial para continuar pertencendo às Forças Armadas, e não depende de condenação, seja por crime militar ou comum, bastando caracterizar-se conduta atentatória à honra, ao decoreto da classe, ou aos valores militares.

Em qualquer desses casos, mesmo após condenação em um Conselho de Justificação, a perda do posto e da patente não é automática, e só pode ocorrer por decisão judicial, a ser exarada sempre pelo Superior Tribunal Militar (STM).

Nos próximos dias, fruto de um julgamento cujas incompatibilidade e indignidade dos “juizes supremos” foram evidentes, no entendimento de qualquer jurista sério deste país, vamos assistir no STM – coincidentemente – um processo de incompatibilidade e indignidade para o oficialato de vários Oficiais, aí incluídos cinco generais. Na verdade, o que tivemos foi um espetáculo de irregularidades jurídicas – em um julgamento nitidamente político – que apenas produziu, além de injustiças flagrantes, a própria desmoralização das decisões judiciais do STF.

Simplemente, os juizes distorceram evidências em provas, refugiaram-se em argumentos técnicos discutíveis, desmontados quase todos inclusive por um integrante da própria Corte Suprema, e valendo-se de um formalismo ininteligível, abdicaram de suas responsabilidades éticas, normalizando sentenças injustas e de excessivo rigor, tudo em “defesa da democracia”.

Assim, o STM agora está recebendo ações que representam o desdobramento da condenação daqueles Oficiais por “tentativa de golpe de Estado”, com a denúncia do ex-presidente, por exemplo, por “violações” tais como: “ausência de comedimento em atitudes, gestos e linguagem”, ou “falta de zelo pelo preparo moral próprio”, ou ainda “descumprimento dos deveres fundamentais de cidadão”.

Chegam a ser ridículas essas acusações, algumas sequer capazes de caracterizar uma transgressão disciplinar, muito menos condutas atentatórias aos valores militares que justifiquem o rigor da pena da perda de posto e patente. O documento de representação do Ministério Público Militar não consegue imprimir outra impressão se não da tentativa de vingança política, com acusações genéricas, impessoais e passíveis até de se atribuí-las a qualquer político hoje em exercício de cargo público no Brasil, inclusive ao atual Presidente.

Quando o STF, guiado por convicções políticas e não por critérios jurídicos estáveis, transformou a Constituição em instrumento circunstancial, comprometeu, SIM, a dignidade e a legitimidade desses julgamentos e sentenças.

Hannah Arendt já advertia que o poder perde legitimidade quando se afasta de limites; sem eles, o Direito deixa de conter o arbítrio e passa a servi-lo. Os juizes do STM têm independência e competência para corrigir essas indignidades flagrantes, basta colocar a ética e o compromisso moral da farda à frente da toga.



# Autoritarismo lá fora, desequilíbrio aqui dentro

Ives Gandra

Jurista

[igm@gandramartins.adv.br](mailto:igm@gandramartins.adv.br)

**I**niciamos 2026 com novidades marcantes. A prisão do presidente da Venezuela Nicolás Maduro – ditador que fraudou o pleito após obter apenas um terço dos votos – gerou imediata reação mundial.

Militarmente, os EUA realizaram operação excepcional ao invadir um *bunker* vigiado por militares venezuelanos para prender e extraditar Maduro. O ex-ditador está sendo julgado por crimes que incluem genocídio, assassinato, perseguição a opositores, fraude eleitoral e corrupção sistêmica.

Sob a ótica do Direito Internacional, a invasão de uma nação soberana é injustificável; contudo, a questão exige uma análise sob dois aspectos.

Primeiramente, deve-se considerar que a violação do princípio da inadmissibilidade da aquisição de territórios pela força – consolidado em resoluções da ONU desde 1970 – não é inédita.

Precedentes na Europa, no Caribe, no Oriente Médio e na Ásia demonstram que tal norma tem sido reiteradamente ignorada. O que se observa, rigorosamente, é que o Direito Internacional carece de mecanismos coercitivos, evidenciando a incapacidade da ONU em impor a observância de suas próprias regras.

O segundo aspecto é que, desde a declaração de guerra do Japão, em Pearl Harbor, não há mais declarações de guerra oficiais.

A Rússia não se diz em guerra com a Ucrânia, mas age hoje com total autonomia e faz o que quer. Vimos a presença do presidente brasileiro em Moscou durante o desfile militar de 9 de maio – uma exibição do poder bélico que tem destruído a Ucrânia. Ao endossar tacitamente a anexação de 20% da Ucrânia, o governo brasileiro reafirma uma afinidade diplomática com regimes autoritários, evidenciando sua preferência por ditaduras como as da Venezuela, de Cuba e da Rússia.

Em última análise, as normas da ONU – que aspirávamos ver respeitadas – são sistematicamente ignoradas pelos países mais fortes, prevalecendo, no cenário internacional, o “direito à força” sobre a “força do direito”. Foi assim que o ditador Maduro, acusado de narcotráfico e genocídio, sustentou-se no poder. Seu regime encarcerou, perseguiu e vitimou o povo venezuelano, culminando na audácia de celebrar uma vitória eleitoral inexistente perante uma derrota evidente. Fato é que estamos diante de um ditador afastado.

Esse panorama evidencia que o projeto da ONU iniciado em 1945 está longe do ideal da paz mundial que fundamentou sua criação; em vez disso, o que testemunhamos desde o fim da Segunda Guerra é a perpetuação de guerras e conflitos regionais. Estamos distantes, portanto, do ideal kantiano da Paz Perpétua.

Permanecemos em um sistema no qual a prevalência do mais forte sobre o mais fraco continua sendo regra absoluta, apesar das normas internacionais. Nesse cenário, a figura de Nicolás Maduro se destaca de forma negativa: ele não foi apenas um ditador que suprimiu liberdades; mas um populista retórico e um líder cujo governo foi marcado pela corrupção sistêmica.

O legado de Nicolás Maduro tem o signo da perseguição política e da violência do Estado, crimes pelos quais ele deverá responder perante a justiça internacional. As evidências que sustentam as acusações dos Estados Unidos são bastante robustas.

Enquanto isso, o Brasil está longe de ser exemplar. Atualmente, o País atravessa um período difícil na relação entre os três Poderes. No campo econômico, o cenário é de alerta máximo, com as contas públicas e as finanças, em estado crítico. Enfrentamos um déficit público crescente e uma trajetória de endividamento preocupante.

Continuamos gastando e aumentando a tributação e, neste ano de 2026, todos vão sentir. O resultado dessa ganância é o aumento da dívida pública e dos tributos e, ao mesmo tempo, a manutenção de juros elevados para que a inflação não volte.

Temos o Congresso Nacional – o Poder mais forte da República por representar o povo e ser o único capaz de julgar tanto o Presidente quanto os Ministros do Supremo – que, infelizmente, está utilizando um volume inacreditável de emendas no interesse individual (em causa própria dos parlamentares), e não do Brasil e dos brasileiros.

Embora o Executivo afirme que o desemprego caiu no Brasil, o jornalista Alexandre Garcia pondera que a permanência de sete milhões de famílias no Bolsa Família há uma década indica uma estagnação na busca por emprego.

Ora, o desemprego é medido pelo número de pessoas que estão procurando ocupação, algo que quem recebe o Bolsa Família e está garantido pelo programa, em geral, não faz. Portanto, não se trata de uma queda real no desemprego, mas, sim, pessoas que são sustentadas por aqueles que trabalham e pagam tributos.

Temos até, como vimos nos jornais, aqueles que utilizam o Bolsa Família para apostar em *bets*. Pagamos para que eles joguem nessas plataformas.

Não que eu seja contra o Programa Bolsa Família, mas deveria haver um controle para evitar que, durante dez anos, sete milhões de pessoas – segundo Alexandre Garcia – recebam o benefício, sem procurar emprego, obviamente.

Como têm mostrado os editoriais dos grandes jornais do País, há uma falência completa das contas públicas brasileiras. Há quem aponte o fim melancólico do Ministro Fernando Haddad, por não ter conseguido implementar o arcabouço fiscal que, de fato, nunca foi efetivado.

Infelizmente, até mesmo no Judiciário – onde sempre atuei – advogados ilustres de Brasília, que sempre defenderam clientes importantes, são preteridos por aqueles que possuem algum grau de parentesco com Ministros, retirando, assim, o trabalho dos advogados comuns, de acordo com os próprios patronos que militam na capital federal.

Na verdade, vivemos hoje um desequilíbrio entre os Poderes: temos um Legislativo amorfo; um Executivo que gasta o que não tem e além do que arrecada e, possivelmente, manterá essa trajetória; um Banco Central que tenta, a todo custo, conter a inflação; e um Judiciário que, como demonstram as pesquisas, perdeu a credibilidade de outrora.

Vale destacar que essa situação pela qual passa o Supremo contrasta drasticamente com as épocas de Ministros como Moreira Alves, Oscar Corrêa, Sydney Sanches, Cordeiro Guerra, Ilmar Galvão, Luiz Gallotti e outros magistrados que fizeram a história do Supremo Tribunal Federal. Eram homens que, ao caminhar pelas ruas, impunham tal respeito que as pessoas diziam com reverência: “Lá vai um Ministro do Supremo”.

Hoje, os Ministros do Supremo têm de sair com segurança, pois são injuriados em lugares públicos. Sempre os admirei e continuo admirando pelos juristas que são. Contudo, confesso que permaneço divergindo profundamente da forma como o Tribunal tem interpretado a Constituição e se posicionado no cenário atual.

Quando meu filho, Ives Gandra da Silva Martins Filho, foi indicado para Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), não aceitei mais questões trabalhistas no escritório. A única vez que dei um parecer trabalhista após sua posse no TST, só o fiz porque a questão já não tramitava mais naquela Corte, mas, sim, no Supremo Tribunal Federal. Assim, não havia o risco de meu filho sofrer o constrangimento de ter de decidir uma questão em que seu pai era o advogado. Esse é um dos velhos costumes que mantenho ao longo de mais de 60 anos de advocacia.

É por essa razão que, neste início de ano, o que eu gostaria era que todos os Poderes voltassem a ser o que eram no passado: o Legislativo, legislando e defendendo sua competência; o Executivo, sendo o administrador zeloso das contas públicas; e o Judiciário, mantendo-se como aquele poder imparcial, capaz de dar estabilidade à nação diante de ataques às instituições. Todos eles deveriam retornar à essência do que foram as funções Legislativa, Judiciária e Executiva na época em que iniciei minha trajetória na advocacia (1957).

# O Primeiro Ministro da Aeronáutica

Astor Nina de Carvalho Netto

Ten Brig Ar  
astornetto@yahoo.com.br



A partir de 1939, o mundo viveu a incerteza e o temor provocados pela eclosão da Segunda Guerra Mundial. Constituída por Alemanha, Itália, Japão e outros países, a Aliança Militar do Eixo tentou implantar uma nova ordem mundial, impor ideologias totalitárias e criar impérios. Utilizando a tática da “Blitzkrieg” (guerra relâmpago), as Forças

Nazistas de Hitler invadiram a Polônia, a França, a Noruega, a Dinamarca, a Holanda, a Bélgica e a União Soviética. Lideradas por Mussolini, as forças fascistas da Itália tentaram dominar parte do Mediterrâneo e da África.

Governado pelo Imperador Hirohito, o Japão procurou expandir o seu império na Ásia e no Pacífico, iniciando as suas ações

bélicas em 1941, com o ataque à Base Aeronaval norte-americana localizada em Pearl Harbor, no Havaí. Classificado como um dos episódios mais trágicos e marcantes da história norte-americana, esse ataque foi realizado de surpresa, em 7 de dezembro de 1941, em um domingo, provocou a morte de mais de 2.400 militares americanos e a destruição de 300 aeronaves e 19 navios de guerra, e foi o motivo da entrada dos Estados Unidos no conflito. O grande poder militar do Japão só foi neutralizado em agosto de 1945, pelo lançamento de bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki, cidades japonesas que tiveram milhares de mortos. O emprego de bombas atômicas foi o único meio encontrado pelos Estados Unidos para conseguir a rendição incondicional do Japão. Felizmente, aquela foi a primeira e última vez que armas nucleares foram empregadas em uma guerra.

### **A criação do Ministério da Aeronáutica em 1941 – O poder Aéreo Unificado**

Impelido pela conjuntura, antes da participação do Brasil na guerra, em 20 de janeiro de 1941, o Presidente Getúlio Vargas criou o Ministério da Aeronáutica, unindo a Aviação do Exército e a Aviação da Marinha. Com a criação do Ministério da Aeronáutica, na época, surgiu a figura do Poder Aéreo Unificado, conceito doutrinário que estabeleceu a centralização de comando de todos os meios aeronáuticos sob a autoridade única do Ministro da Aeronáutica.

Como uma organização polivalente, o recém-criado Ministério tinha dois braços. O braço armado, constituído pela Força Aérea Brasileira com as Unidades Aéreas de combate e de apoio ao combate, e o braço desarmado, com a responsabilidade de administrar os órgãos de controle do espaço aéreo e de suporte à navegação aérea, supervisionar as atividades da Aviação Civil e apoiar a infraestrutura aeroportuária. Para um país em desenvolvimento como o Brasil, a concepção de um Poder Aéreo Unificado era altamente compensadora.

### **O Primeiro Ministro da Aeronáutica – Um civil no comando do Ministério**

Notável estadista e habilidoso político, Getúlio Vargas escolheu o civil **Joaquim Pedro Salgado Filho** para primeiro Ministro da Aeronáutica. Gaúcho como o Presidente, era pessoa da sua extrema confiança. Salgado Filho apoiou o golpe de Estado dado por Vargas em 1937, quando foi estabelecido o Estado Novo. Foi Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio e, em 1941, era Ministro do Superior Tribunal Militar (STM). A sua nomeação corroborou a conhecida sagacidade de Vargas. Se o primeiro Ministro da Aeronáutica fosse um General, a escolha poderia descontentar a Marinha. Caso a Aeronáutica fosse inicialmente conduzida por um Almirante, o Exército poderia sentir-se preterido por possuir uma Aviação mais poderosa e ter um efetivo superior ao da Marinha.

A indicação de um civil trouxe também a certeza de que a Força recém-implantada teria uma identidade própria, cabendo

ao primeiro Ministro a missão de estabelecer uma doutrina de emprego compatível com as ameaças de uma guerra global, onde a Aeronáutica deveria ser uma das peças vitais para garantir a soberania e a sobrevivência do país. Com maestria, Salgado Filho geriu os primeiros passos da Aeronáutica, adquiriu meios aéreos e criou Zonas Aéreas, Bases Aéreas e Unidades Aéreas. A estrutura por ele estabelecida atendeu plenamente à participação da Força Aérea na Segunda Guerra Mundial e garantiu o apoio logístico dado aos aliados.

Entre as Bases Aéreas criadas em 1942, merece especial citação a Base Aérea de Natal, conhecida como o **Trampolim da Vitória**, devido à importância geográfica de Natal, ponto de menor distância para cruzar o Atlântico e atingir a África e a Europa. Durante a guerra, ao lado da Base Aérea brasileira, foi instalada uma grande Base Aérea americana, passagem obrigatória de centenas de aviões que cruzavam o Atlântico para combater na Europa e na África.

Salgado Filho intensificou a formação dos militares da Aeronáutica. Ainda em 1941, criou a Escola de Especialistas para a formação de Sargentos e a Escola de Aeronáutica, unindo a Escola da Aviação Militar do Exército e a Escola de Aviação Naval. Localizada no lendário Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro, durante décadas, a Escola de Aeronáutica formou centenas de oficiais aviadores e intendentes, depois deu lugar à Academia da Força Aérea, sediada em Pirassununga.

A minha turma de Aspirantes, a Turma de 1963, foi a última a fazer todo o Curso de Formação de Oficial Aviador (CFOAv) no Campo dos Afonsos. A turma de 1964 fez o último ano do curso em Pirassununga.

Salgado Filho apoiou de maneira firme a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, após ataques de submarinos alemães a navios mercantes brasileiros. Criou o 1º Grupo de Aviação de Caça, unidade aérea de elite, que lutou na Itália ao lado das forças aliadas e escreveu belas páginas da história da nossa Força Aérea.

Cabe a ele também o mérito da transformação do Correio Aéreo Militar do Exército no Correio Aéreo Nacional (CAN). Substituindo o Correio Aéreo Militar, criado para prestar serviço postal, o CAN muito contribuiu para conectar áreas remotas, principalmente da Amazônia, que tinha como suporte o transporte fluvial e um sistema rodoviário muito deficiente, quase inexistente.

Salgado Filho saiu do Ministério da Aeronáutica em 1945, quando o Presidente Vargas deixou o governo. Faleceu em 1950, em um acidente aéreo ocorrido no interior do Rio Grande do Sul. Era senador e estava em campanha para conquistar o governo do estado.

Muitas outras páginas poderiam ser escritas sobre os feitos desse extraordinário homem público, que fixou o sólido alicerce da nossa Aeronáutica e prestou relevantes serviços ao Brasil. Por isso, ao relembrar os 85 anos da criação do Ministério da Aeronáutica, deixamos registrados o nosso reconhecimento e a nossa gratidão ao **Ministro Joaquim Pedro Salgado Filho**.

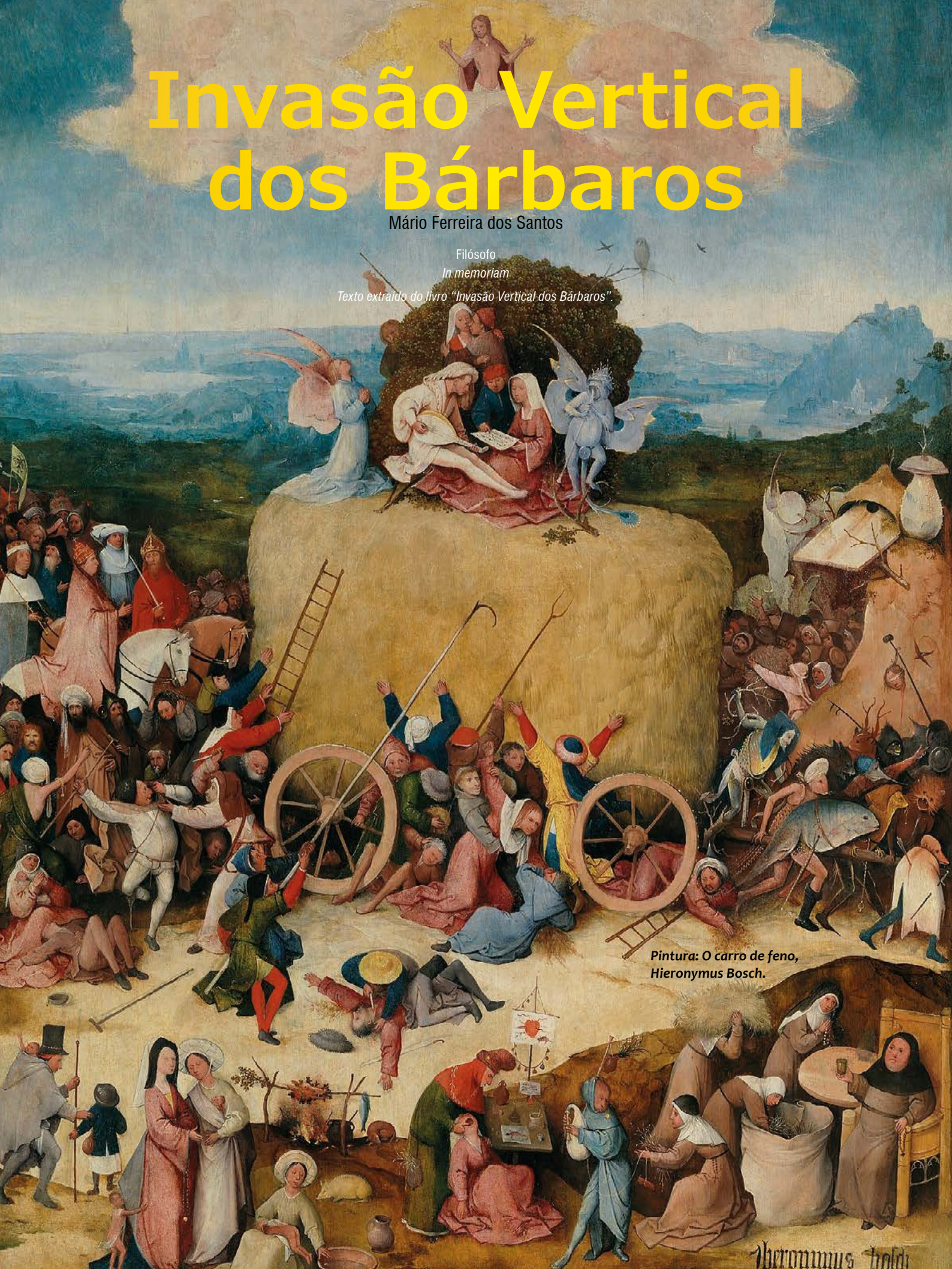
# Invasão Vertical dos Bárbaros

Mário Ferreira dos Santos

Filósofo

*In memoriam*

Texto extraído do livro "Invasão Vertical dos Bárbaros".



Pintura: O carro de feno,  
Hieronymus Bosch.

Hieronymus Bosch

Esta obra é uma denúncia da invasão vertical dos bárbaros, que, preparando-se e desenvolvendo-se há quase quatro séculos, alcançaria nos anos 1960 (quando o livro foi escrito) um estágio intolerável, e que nos ameaçava definitivamente.

Os bárbaros aqui estão no sentido do que não é civilizado, do que é inculto, do que combate toda e qualquer manifestação da cultura. Bárbaros que já se acham inseridos na civilização atuando desenfreadamente para dissolver a nossa cultura, solapando os seus fundamentos e preparando o caminho à corrupção mais fácil do ciclo cultural, como aconteceu no fim do Império Romano, e como acontece agora entre nós.

Há disposições prévias corruptivas, que estão em todo ciclo cultural, e atuam desde o primeiro momento, com maior ou menor intensidade, para destruir a forma do ciclo que repelem. Os elementos ativos corruptores, guiados por uma inteligência, de vontade maliciosa, sempre souberam se aproveitar do barbarismo como instrumento para solapar a cultura. E, então, mais do que nunca, manejavam com uma habilidade de estarrecer, dispondo de meios capazes para tal, imprimindo ao trabalho corruptivo uma intensidade e um âmbito nunca atingidos em momento algum.

A destruição de nosso ciclo cultural se completaria com a ruptura da tensão dos seguintes aspectos formadores da cosmovisão ocidental:

- O universo é criatura, inclusive o homem.
- Os povos irmanam-se pela mesma fé, e todos são iguais perante Deus.
- A divindade é providencial, ou seja, providencia (tem uma vidência “pro”, vê, dispõe com antecedência o que pode acontecer, o possível histórico).
- O homem é um ser inteligente e livre, que pecou livremente.
- Contudo, pode salvar-se, graças a um mediador (Cristo), e pela livre-escolha da salvação, ou por uma graça divina (gratuita ou não).
- A paz reinará quando a boa vontade dominar entre os homens, a vontade sadia, liberta dos vícios que a condenam ao erro.

Os princípios cristãos, acima descritos, são constituintes da espinha dorsal da nossa cultura, o que não impede que, nela, sobrevivam resquícios da cosmovisão grega, da cosmovisão islâmica, da cosmovisão hebraica e também de outras cosmovisões; contudo, subordinadas à concepção cristã.

As crescentes ameaças a esses princípios podem ser divididas em duas partes: a primeira (1) concernente aos temas eminentemente mais adequados à sensibilidade e à afetividade do homem, e a segunda (2) referente à intelectualidade humana.

### (1) Invasão bárbara na sensibilidade e afetividade humana

Aqui os bárbaros atacam a essência (*areté*) humana valorizando tudo quanto em nós afirma a animalidade (alma animal e

sensitiva – ver *Da Alma*, de Aristóteles), por meio dos seguintes estratégias:

**Exaltação da força:** veneração da força física ou habilidade atlética como exemplo máximo da natureza humana, e.g., idolatria de esportistas, tornando-os exemplos a serem seguidos pelos jovens.

Valorização exagerada do corpo: abandono do equilíbrio na máxima culta *mens sana in corpore sano*, cuidado excessivo do corpo e abandono do desenvolvimento racional. Aumento da visualidade à custa da audição, pois é mais fácil ver, contemplar, do que ouvir com atenção. O que se ouve com atenção guarda-se mais facilmente na memória, e a voz interior é mais lógica e mais segura do que as imagens visuais soltas da fantasia. O ouvido, em geral, não fantasia, mas a visão, sim (inclui-se aqui a leitura pois a palavra é para ser ouvida e não ser vista).

Supervalorização romântica: exagerada valorização romântica sobre a sensibilidade, a sensação, os sentimentos comuns, a intuição sensível, a fantasia e a sem razão (alma sensitiva). Os frutos do romantismo (fins do século XVIII até meados do século XIX) são observados nos niilistas, satanistas, vitimistas e desiludidos de toda espécie – foi um dos períodos em que melhor se cultivou o solo europeu para a grande messe satânica dos frutos malditos. Foi a época da bênção e da maldição. Tudo o que foi grande amesquinhou-se; tudo o que era nobre vulgarizou-se; tudo o que era superior deprimiu-se.

A superioridade da força sobre o Direito: o direito natural é substituído pela vontade do legislador. Depois desta passagem do direito natural ao direito positivo, o Direito deteriorou-se ainda mais com o neoconstitucionalismo (teorizado nos anos 1980), onde o que vale é a vontade do juiz da vez. No Brasil, assim como em outros países, a decadência do Direito já assumiu proporções catastróficas.

A propaganda tendenciosa e a valorização do inferior: mídia e indústria de entretenimento, infestadas da mais desenfreada propagando do inferior e do primitivo, tornam-se meios de vulgarização intelectual. O criminoso é apresentado como exemplo, a fraude, como habilidade intelectual (as vítimas como tolos ingênuos), o religioso, como lunático fundamentalista, o pecador, como virtuoso... sexualismo, delinquência, afrontas à moral, vida irregular são acentuados com requintes publicitários. O crime é ideologicamente desculpado como resposta a problemas sociais, amplia-se a leniência, e avoluma-se a criminalidade.

**A valorização da memória mecânica:** a memória culta não é mecânica, mas eidética – não se pede mais que uma pessoa desenvolva ideias, mas que memorize dados. O ensino e os testes escolares fomentam o problema. A valorização da memória mecânica acaba levando a uma valorização também exagerada da cibernética, na qual se colocam esperanças desmedidas (antecipação do ardid da inteligência artificial). Mas jamais a cibernética superará a memória eidética, nem a criação de ideias, nem a dialética bem entendida. Ela é um auxiliar de grandes recursos, mas em um âmbito determinado. Pretender que ela

possa substituir totalmente o cérebro humano é a mais tola ideia que poderia surgir, e uma manifestação de barbarismo intelectual da pior espécie. “Não são poucos os que sonham com um grande cérebro cibernético para dirigir a humanidade, como um César dos césores. (...) Que belo sonho de bárbaro! Nenhum bárbaro, em nenhuma época, sonhou coisa tão extraordinária!”

**A valorização da horda, do tribalismo, estímulo ao sectarismo e ao exclusivismo:** multidões desenfreadas nas ruas, que são o caminho para as grandes brutalidades e injustiças, movidas por paixões, sobretudo o medo, aguçadas pelos exploradores eternos de suas fraquezas, pelos demagogos mais sórdidos, passam a ser exemplos de superioridade humana. As tribos são formadas por componentes mais emocionais do que racionais, alimentados com sentimentos de injustiça e superioridade, e.g., movimentos sociais e minorias vitimizadas – movimentos inconscientemente a serviço dos candidatos a tirano.

**A exploração sobre a sensualidade:** nas épocas de depressão ético-cultural, a sensualidade recebe um estímulo como em nenhuma outra, aguçando os instintos mais baixos – estímulo da concupiscência obstaculizante da sabedoria. A libertinagem desenfreada abre as portas ao consumo de drogas que estimulem, porque os libertinos sentem embotar os sentidos, arrefecer as carnes, o cansaço ameaça-os devorar em um tédio de morte, ponto final inevitável de todo desenfreio, porque a própria natureza se rebela com os excessos, e cobra caríssimo pelas nossas faltas. O número sempre crescente de desgraçados, de viciados, de drogados cresce desmedidamente, e devora uma grande parte da juventude, envelhecida e inutilizada em seus primeiros anos.

**A disseminação do mau gosto e a acentuação da repetição:** a boa educação é ridicularizada, os clássicos são abandonados em prol do popular, na moda e nas artes em geral impera o grotesco, a alta cultura desaparece, tudo se rebaixa ao populacho, pois intencionalmente abandona-se a elevação intelectual das massas e a formação de elites. O excesso da repetição em todos os setores impede um maior desenvolvimento cultural e inibe a capacidade criadora. Só há alta cultura onde há criação constante, e a criação exige inovações reais (não as falsas inovações, que são o repetir de formas já superadas ou sua deformação) – uma cultura, enquanto criadora, é uma cultura viva, em ascensão.

**Acusações ao Cristianismo e proliferação dos credos primitivos:** o Cristianismo é combatido e denegrido, florescem cultos primitivos e sincretismos forçados para substituí-lo. O clero é destruído desde dentro, o culto é transformado em *happening*, e propagam-se os blasfemadores. Perde-se o sentido de transcendência e ordem.

**A influência do negativo:** aumento desmedido da negatividade em relação aos principais valores. Tende-se a negar tudo quanto de superior o ciclo admirou e realizou. Há uma completa inversão da escala de valores, e todos os setores são atingidos pela ação negativista. Tudo é “relativizado” e “desconstruído”, prolifera o materialismo, o ceticismo, o agnosticismo e o ateísmo, o

homem perde seu chão, perde a capacidade de dialogar com seu semelhante, e a sociedade atomiza-se.

**A exploração viciosa do esporte:** perde-se o aspecto de saudabilidade, sociabilidade e aprendizagem do autocontrole proporcionados pelo esporte em proveito dos seus aspectos comerciais e emotivos.

**O problema ético:** com o afastamento da religião, perdem força as virtudes cardiais da prudência (bom senso, ocupação), da temperança (renúncia, autodomínio), da fortaleza (coragem, superação) e da justiça (convivência, bem comum). A ética do bárbaro é a ética do dente por dente, do olho por olho. É a ética da vingança, é a norma do que deseja apenas o castigo, do sádico que só se satisfaz ao ver o adversário morder o pó da derrota. Não é o que vence e dá a mão para levantar o vencido. Não é o que busca a solução que o tornará amigo de seus semelhantes. Não é o que ama, mas o que odeia.

**Valorização do criminoso:** para o bárbaro, o criminoso é relativizado: segundo o seu crime atinja a tribo ou a alguém da tribo, ou se atinge quem não é da tribo ou se, além disso, é inimigo. No primeiro caso, há crime pleno; no segundo, atenua-se e, no terceiro, anula-se. O crime não é concebido enquanto em si mesmo, ou em relação à coletividade, mas apenas em relação ao objeto da lesão criminosa, a vítima. Cresce a leniência policial e legal, estimulando a criminalidade. O barbarismo também está na benevolência exagerada ou ideologizada.

## (2) Invasão bárbara na intelectualidade humana

Há, na sociedade humana, muitas formações aparentemente cultas e civilizadas, mas que, na verdade, seu conteúdo é bárbaro, e bárbara também é sua causa eficiente. São assim bárbaros em sua causa eficiente, em sua causa material e em sua causa final, mas apresentam formas distintas. Essas formas, porém, não são substâncias, como se estuda na filosofia, mas apenas acidentais, dando, contudo, a impressão de que sejam realizações que decorram normalmente de uma origem culta. São por isso *pseudomorfoses*. Já tratamos de diversos aspectos que aparecem cultos na sociedade, mas que têm uma origem bárbara. Seguem agora as manifestações dessa espécie que estão mais ligadas à parte intelectual ou têm a presença do entendimento mais acentuada.

**A desvalorização da inteligência:** desvalorização da filosofia especulativa como meio de buscar a verdade e afastar-se da falsidade. O bárbaro, por suas condições, tem verdadeira ojeriza da inteligência plena. Sua inteligência permanece quase totalmente dentro do campo da cogitativa, que é um grau primário daquela. Sua esquemática é fundada nos sentidos, e seu pensamento situa-se apenas nos dados da memória e no material oferecido pela fantasia, pela imaginação, sobre os quais ele trabalha, construindo esquemas de primeiro grau de abstração, já que os esquemas de segundo e de terceiro graus exigem maiores esforços, aos quais, em geral, não alcança em seu conteúdo noemático, mas apenas

*nominaliter*. O resultado é a dificuldade que tem em compreender tais esquemas, e procura esconder a sua insuficiência, negando valor ao que o suplanta – ridicularização da sabedoria.

**Desvalorização da vontade:** vontade é uma *oréxia* (apetite) do bem, um apetite intelectualizado que busca o bem. O bárbaro entende a vontade como mero desejo, livre-volição, reduzindo ao ímpeto meramente animal.

**Barbarização da ciência e da técnica:** o afastamento da busca da verdade (desvalorização da inteligência) e do bem (desvalorização da vontade) faz o cientista desligar-se da filosofia perene (*per annus*) e entregar-se à aridez de sua especialidade, nada mais entendendo o que estiver fora dela. Os cientistas tornam-se estranhos e desconhecidos, ignotos, incomunicáveis uns aos outros, servindo a algum César, que deles surja e que é sempre bárbaro, e que nos transformará em cobaias, em tubos de experiência, em coisas numeradas e protocoladas. A técnica (*téchne*, arte) também é desfigurada, a busca do belo é desvalorizada.

**A luta contra a universalização do conhecimento:** o estudo dos primeiros princípios é desterrado da maioria das escolas. O ceticismo e o agnosticismo produziram seus frutos. Há legiões de professores cépticos e agnósticos, que dizem que nada podemos saber dos primeiros princípios, fechando as portas do conhecimento aos jovens e aos futuros cientistas e professores. A ignorância é usada pelos tiranos como arma para formar legiões de servidores. Combatem a universalidade do conhecimento, restringindo a formação a especialistas em áreas cada vez mais delimitadas – redução do homem a uma engrenagem na máquina a serviço do poder.

**O desvirtuamento da universidade:** ao aceitar a implementação das universidades (criação da Igreja Católica), o Papa Inocêncio III (1160-1216) pediu que fosse ela sempre um foco de ideias sãs, e não a propulsora de erros que dessem resultados maléficis. Porém as universidades tornaram-se mais maléficis do que benéficas – os grandes erros filosóficos que solaparam o pensamento sólido dos medievais foi propagado pelas universidades que se colocaram ao lado das teses bárbaras na luta contra a cultura.

**Separação entre religião, Filosofia e Ciência:** degradação que se observa nos ciclos culturais à proporção que o período sacerdotal é substituído pelo aristocrático e, principalmente, no período de domínio político do empresário utilitário. As três áreas perdem contato entre elas e passam a ser dominadas por bárbaros que não mais falam entre si, que desentranham velharias relegadas do passado como se fossem novidades inauditas, retornam a velhos erros já refutados como se fossem verdades retumbantes, buscam formas ritualísticas e litúrgicas primitivas como se fossem elas o mais alto gesto simbólico do homem em penetrar no transcendental. Estas áreas passam a operar não a serviço do homem, mas como instrumentos voltados para sua escravidão.

**A luta contra o criador:** abandono da criação que deseja erguer o homem aos degraus mais elevados. Desconfia-se, nega-se, anematiza-se o criador. O que vale é a falsa criação, caracterizada por tomar abstratamente um valor, que é integrante de uma totalidade, e exagerá-lo de tal modo que se julgue que isso é criador. Hoje não se desejam mais os criadores, mas os repetidores. E a criação é trocada por inovação, i.e., o pseudodiferente sem nenhuma qualidade. O que o bárbaro quer é a horizontalidade tribal, a homogeneidade plana, o vale, o pântano, onde há lugar para todos os sapos e vermes.

**O conceito de Deus:** criação de um falso conceito de Deus para então combatê-lo. Quando não ateu, a religião do bárbaro caracteriza-se pela visão mais deformada possível da divindade.

**O fetichismo:** retorno às esquemáticas mentais pueris, como nominalismo, materialismo, evolucionismo, apego a bandeiras políticas como a panaceia de todos os problemas sociais (e.g., alfabetização, fome zero, saúde pública), positivismo, cientificismo etc.

**A incompreensão entre ética e moral:** crença na polícia e nas leis para substituir a ética e a moral. O bárbaro ataca as bases da ética e da moral de modo a convencer, sobretudo a juventude de que as exigências nesse setor são falsas e injustas. Assim, dando ampla vazão aos seus pulsões concupiscentes, fácil será manejar a **juventude transviada** para os destinos que pretendem. A primeira providência é afirmar o relativismo da moral, a segunda é que nos cabe satisfazer os nossos desejos, a terceira é que não há, além deste mundo, nenhum prêmio, nenhum castigo, tudo se acaba, quando nós acabamos. Aqui o bárbaro faz uso do relativismo e do hedonismo.

**Diálogo de surdos:** crescimento da incapacidade de comunicação entre as pessoas. Perda da clareza das ideias, perda do conteúdo noemático (semântico) dos termos. As palavras não são mais usadas para descreverem a realidade e sim como expressões emocionais ideologicamente manipuladas. **Esvaziamento das palavras**, dos seus verdadeiros conteúdos etimológicos e intencionais, para, deste modo, mais eficientemente perturbar as consciências humanas, e fazer com que a confusão, no campo das ideias, avassale todos os setores, a fim de favorecer ideias, que servem a interesses inconfessáveis. Degradação da linguagem não é apenas a perda da acurácia gramatical e pobreza de vocabulário, mas, sim, perda do domínio da capacidade de verbalizar seus sentimentos e testemunhos. E assim o homem ignaro torna-se o homem-número, o homem-máquina, o homem-instrumento, o homem-troço, o homem automatizado, o homem cibernético, o homem que renuncia a sua inteligência e a sua criação para tornar-se uma coisa entre coisas, uma peça de um jogo trágico ao sabor dos interesses dos novos cesariocratas que pretendem dominar o mundo.

**Nominalismo e realismo:** crença na vitória do nominalismo sobre o realismo das ideias, sendo que para isto se apegam ao conceito de realismo exagerado. Mas o que se afirma de real aos universais é que têm eles fundamento nas coisas às quais se

referem. Não são entidades *de per se* subsistentes, mas apenas esquemas noéticos-eidéticos que construímos com fundamento real nas coisas como nós as conhecemos, segundo a realidade que damos a essas coisas. Esquecem que o nominalismo foi totalmente derrotado na longa e extraordinária polêmica dos universais. Afastamento da capacidade de compreensão da realidade e estreitamento do horizonte de consciência.

**Preconceitos prejudiciais:** perda do patrimônio cultural da humanidade por preconceito a tudo o que é passado (mas também não cair no preconceito a tudo o que é moderno – saber reconhecer a qualidade em qualquer época, não cair na esparrela de ser um “homem do seu tempo”).

**A desumanização do homem:** rebaixamento do homem a uma posição secundária diante dos objetos como a cultura (no Renascimento), o dinheiro (no Mercantilismo), o poder (nas ideologias coletivistas), a natureza, a cibernética (que substituiria o homem) etc. A arte torna-se quantitativa e abstrata, ludicamente desumanizada.

**Os negativistas:** o negar da concepção religiosa do mundo fundada em uma filosofia positiva que parte da afirmação do ser e tentam explicar o mundo como ele é. Fomento das filosofias da negação que negam a positividade e se colocam no niilismo, filosofias modernas autocontraditórias que negam a possibilidade do conhecimento (ver *Filosofias da Afirmação e da Negação*, de Mário Ferreira dos Santos).

**Os ismos:** perda da ciência especulativa (da busca das causas até os primeiros princípios para entender o mundo real) em prol das meras opiniões (*doxa*). A ciência especulativa é, assim, uma libertadora da humanidade. Ela nos libertará dos *ismos*, que são excrescências de um primário e das pretensiosas posições adversas, que tanto mal nos têm feito.

**Proletário, tema de exploração ideológica:** em todas as épocas da humanidade os que apenas são prestadores de serviço foram sempre vítimas de exploradores astuciosos. Assim sempre foi, e assim ainda é. A vida do proletário é feita de necessidades, seus problemas são sempre de urgente solução, porque não pode esperar, porque não espera seu estômago, que pede alimentos; seu corpo, que pede vestes. O proletário há de ser sempre o grande procurado, o grande explorado pelos que desejam ascender aos altos postos, pelos que não podem se erguer por si mesmos, porque, na verdade, não são grandes, mas podem erguer-se sobre as esquálidas costas do proletário aos postos grandes para parecerem grandes. O sedento de poder, aquele que não pode sofrer a sua inferioridade, aquele que não suporta dentro de si a

sua pequenez, quer o cargo elevado, porque julga que ocupando um pedestal, e estando, mais alto do que os outros, é realmente maior do que os outros. E em busca deste poder vai prometer aos proletários aquilo que nunca dará, sempre culpando os outros pelo drama resultante de suas falsas promessas enquanto tudo faz para mantê-los na ignorância e na miséria.

A especulação na baixa dos valores: tudo quanto é de menos valia é exaltado, a mediocridade é exaltada, o inferior é erguido. É a “rebelião das massas” enunciada por Ortega y Gasset na segunda metade dos anos 1920.

**A propaganda desenfreada:** propaganda desenfreada do que é mau, dando a impressão de que a maldade dominou totalmente. Não há mais corações que se exaltem, não há mais gestos de nobreza, não há mais homens que olhem os seus semelhantes como seus amigos. E isso não é verdade. Mas a mentira organizada da mídia dá a impressão do inverso. É uma estimulação constante para que se veja o contrário, para que o contrário se dê, para que o contrário seja a regra.

**Ideias sociais primárias:** proliferação das ideias sociais primárias, que prometem o impossível aos homens, e só lhes trazem as mais desalentadoras experiências. Os resultados não corresponderam às expectativas, e se há ainda, em muitos, algumas esperanças de que possa encontrar nessas promessas o caminho das efetividades desejadas, deve-se à pobre advertência dos que não sabem mais distinguir entre o que é quimérico e o que tem probabilidade de realização. Este mundo precisa ser reformado, sem dúvida, mas cuidemos de não trocar o ruim pelo pior.

**Cientismo ingênuo:** insistência no erro de julgar tudo, explicar nos laboratórios, no empirismo vulgar que submete o mais ao menos, no criticismo agnóstico que nega o valor nos nossos conhecimentos, no positivismo vicioso que faz afirmações absolutas partindo de premissas meramente contingentes, no niilismo pessimista que desfalece ante as dificuldades teóricas, e no satanismo negro que tudo subverte no sem razão e na loucura.

As denúncias de Mario Ferreira dos Santos caíram em ouvidos moucos, e os bárbaros tupiniquins trataram de enterrar nosso maior filósofo no cemitério do olvido. Os pontos de ataque à cultura ocidental por ele levantados nesta obra seguem intensificando-se, acelerando a marcha ao fim do atual ciclo cultural.

Hoje temos pais clamando pelo direito de assassinar seus filhos ainda no ventre da mãe, crianças sexualizadas e mutiladas em proveito de ideologias diabólicas, a sodomia celebrada com orgulho (húbris), a pedofilia seguindo o mesmo caminho... os bárbaros já foram substituídos por demônios e seus servos satânicos.

# SER LÍDER

Hugo Barreto Macedo

Cel Av

hugobmacedo6716@outlook.com.br

**O** ser humano, no seu contínuo caminhar, através do tempo, está sempre à procura do seu desenvolvimento social.

Sob uma visão abrangente, isso significava a busca de objetivos familiares, profissionais e econômicos.

O campo do segmento profissional civil proporciona ao homem a oportunidade de concorrer a cargos de chefia, diretoria, superintendência, gerência etc., por meio dos critérios de merecimento, antiguidade, currículo, competência, experiência ou até mesmo por apadrinhamento.

Entretanto o exercício da liderança se encontra livre e à disposição dos candidatos interessados. Este exercício exige, todavia, que o candidato seja possuidor de algumas virtudes e atributos que são natos.

Dentre eles podemos colocar em evidência o bom desempenho de suas tarefas rotineiras, destacar-se em trabalhos de grupo. Ter capacidade de se adaptar a situações que exijam grande empenho e esforço. Ter boa capacidade de discernir, ante um cenário hostil, identificando a sua realidade atual, suas limitações, bem como as vulnerabilidades do seu grupo; ser cômico de suas responsabilidades; ser transparente em sua conduta e firme em suas atitudes e decisões; ser disciplinado e disciplinador; ser justo ao julgar, não se distanciando de exercer a clemência, quando necessário. Elogiar o comandado em público e criticá-lo em particular.

O líder não impõe sua vontade, bem como não obriga ninguém a segui-lo. O líder procura, na medida do possível, abraçar o coletivo e desprezar o individualismo. Preservar sempre a segurança do grupo. Ter a coragem de reconhecer seus erros e a dignidade de corrigi-los.



Quando no exercício do comando, ou chefia, deve comandar pelo exemplo. Ser leal à missão, aos superiores, aos pares e aos subordinados.

Ser possuidor de coragem física, sobretudo, a moral. Nunca demonstrar fraqueza aos companheiros, diante das dificuldades, nem tampouco medo frente ao inimigo.

Todo esse processo ocorre de forma natural graças a sua grande percepção e singular sensibilidade.

Ser líder não significa ser sábio ou inteligente, bem como ser possuidor de todos os atributos que mencionamos. É um dom pelo qual poucos são abençoados por Deus.

Um belo exemplo de liderança consta da História do Brasil. Por volta de 1645, houve a invasão holandesa no Brasil. Pernambuco ficou sob o domínio holandês durante anos. O Brasil tentou expulsar os invasores sem sucesso, só conseguindo graças à liderança do Índio Poty, cujo nome de batismo era Felipe Camarão.

Graças à brilhante liderança desse bravo guerreiro Poty, que liderou parte das tropas brasileiras, empregando pela primeira vez no Brasil a guerra de guerrilha, pois as tropas holandesas eram em maior número e mais preparadas do que as nossas.

O Índio Poty foi considerado um arquétipo de liderança em Pernambuco. Em virtude da sua brilhante atuação, o 2/8 GAV, com sede em Recife, e que teve a honra de comandar em 1981/1983, foi denominado Esquadrão Poty.

O leitor atento a tudo o que discorremos perguntaria ao autor: “então, o homem, para se tornar um líder, tem de ser Deus ou um herói?”.

Respondendo o justo questionamento do leitor, eu diria: “NÃO! Existe apenas um só Deus! O herói surge no momento em que a necessidade aparece, enquanto a liderança é nata, já nasce com o líder!”.

“Sob o comando de um forte comandante, jamais haverá soldados fracos.” Sócrates

# A FAMÍLIA AERONÁUTICA

Ubirajara Carvalho da Cruz

Cel Av

ubirajalarazes@gmail.com



A Família: 1 - Celeida (avó paterna de nossos netos Ruy e Rafaela); 2 - Ruy (neto); 3 - Andressa (neta, esposa do Ruy); 4 - Iracema (cunhada); 5 - Uilson (irmão); 6 - Carla (sobrinha). 7 - Oscar (genro); 8 - Ericka (filha); 9 - Rafaela (neta); 10 - Shirley (a eterna namorada); 11 - O Patriarca; 12 - Erick (filho); 13 - Wandrea (nora); 14 - Simone (nora); 15 - Erickson (filho); 16 - Gláucia (mãe Wandrea); 17 - William (primo Wandrea); 18 - Bruna (neta); 19 - Bruno (neto); 20 - Kalyne (neta, noiva do Bruno).  
Foto precede nascimento de Guilherme (bisneto).

Cada geração vai delineando uma nova trajetória que se torna passado, mas que fortalece o presente das gerações sucessivas e formula as esperanças do amanhã... Daí, a família, além de todos os conceitos que possamos formular, é um presente divino, fonte inesgotável de realizações no processo evolutivo da humanidade.

Eis, portanto, a importância do Projeto “A Família Aeronáutica”.

Uma iniciativa que agrega, expande e fortalece a afetividade, divulgando a trajetória de todos os que, no curso de suas caminhadas, se revelam suportes inalienáveis de uma conquista coletiva, dignos do nosso reconhecimento, valorizando a comunidade aeronáutica: nossos pais e avós, mulher e filhos, netos e bisnetos...

O meu enlace matrimonial com Shirley, fonte de inspiração e amorosidade, desde a EPCAR, em 1960, desenhou e escreveu, como se fosse uma predestinada missão, toda a gênese de meu futuro.

Sob o signo de leão, em 1941, nasci como fruto do amor à música e à poesia; meus pais – ele, saxofonista, ela, pianista – concorreram para que eu buscasse, além dos voos imaginários

de minha vocação para a arte, as asas mecânicas da, à época, recém-criada Força Aérea Brasileira.

A família! Todos seguindo juntos a mesma missão. Depois de um lustro em Salvador, na Bahia, nosso destino apontava para o Rio de Janeiro, e tantas outras missões, até o final de carreira, como instrutor na ECEMAR, culminando na Chefia do Ensino da Universidade da Força Aérea (UNIFA).

Nesse “curto longo período, a família cresceu e, com ela, a transcendência floresce na compreensão e na visão da espiritualidade.

O lar da família deve refletir a presença de Deus. Para isso, ela precisa de Sua bênção e de Sua presença viva, sobretudo, do espírito que promove a paz, a harmonia e o amor que emana do Alto.

E, assim, dos ancestrais às futuras gerações, a família segue, mais do que tradição e rituais, os ensinamentos e os mandamentos que são passados, de geração em geração, atravessando (quem sabe?!), os milênios, na honrosa missão de servir ao próximo, à Pátria e a Deus!



# Documentário do Pensamento Brasileiro e Aeronáutico

							
<b>Araken</b>	<b>Frederico Bergamo</b>	<b>Fernando Bicudo</b>	<b>Oswaldo Albuquerque</b>	<b>Ricardo Vélez</b>	<b>Marco Aurélio Mendes</b>	<b>Flávio Kauffmann</b>	<b>Luiz Fernando Póvoas da Silva</b>
Pensamento Brasileiro e Filosofia Política	Cultura Brasileira	Arte Brasileira	Pensadores Brasileiros	Valores e Tradições luso-brasileiras	Pensamento Aeronáutico	Liderança	A face invisível da guerra



